



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

MILENA LIMA E SILVA MATOS

**CONSERVAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA OBRA
DESCRIPTION DE L'EGYPTE**

Cachoeira

2014

MILENA LIMA E SILVA MATOS

**CONSERVAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA OBRA
DESCRIPTION DE L'EGYPTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Museologia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como pré-requisito para obtenção de grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rita de Cássia Silva Doria

Cachoeira

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

MATOS, Milena Lima e Silva.

CONSERVAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA OBRA: Description de L'Égypte / Milena Lima e Silva Matos. _ . Cachoeira-BA, 2014.XXf.; il.

Orientadora: Rita de Cássia Silva Dória

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidade e Letras.

1. Conservação Preventiva. 2. Description de L'Égypte . 3. MEASB I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidade e Letras. II.Título.

xxxxxxx

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por ser o meu amparo e minha força. Sempre presentes com seu amor e suas lições. São fundamentais para mim!

E a Thaís Vaz, por percorrer comigo todos os desafios e ainda me apresentar aqueles que se tornariam minha segunda família, parte essencial da minha força na última etapa da minha jornada acadêmica, e que marcam com todo amor e alegria a minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter proporcionado durante esses anos, a força para enfrentar os desafios, e pôr as pessoas que Ele me concedeu a benção de conhecer, e dividir inesquecíveis momentos.

A minha família por sempre torcer e acreditar ser possível a conclusão dessa etapa.

Em especial, a minha avó Zilda Lima, que esteve sempre presente com todo seu amor a cada retorno para casa. Sem os seus mimos, eu não existiria.

A minha mãe, por ser sempre um ombro amigo nos momentos de desespero. Por todo ensinamento e amor dedicado a mim. Sua presença é imprescindível na minha vida. Eu te amo!

Ao meu pai e irmão, companheiros de todos momentos. Ao amor, a saudade e preocupação constante que tenho por vocês.

A Thais Vaz, por compartilhar comigo as adversidades com a mesma coragem, e sorrisos dos bons. Sou mais agradecida do que sou capaz de dizer.

A Claudia Bloisi, que é tão calorosa quanto verdadeira, e esteve presente como mãe, com sua bondade e sorriso inesquecíveis.

Ao Rafael Vaz, por dividir seus sábios conselhos e enfeitar mais os momentos de cada reunião familiar com o seu humor.

Aos meus amigos que continuaram comigo nessa nova descoberta e absorção de conhecimentos e desafios, em especial ao Jhonivan Macena e a Camila Dourado, por sua incansável fé e positivismo, e aqueles que conheci por intermédio da Universidade, os quais pretendo levar por toda a minha vida.

Agradecer à Rita de Cássia Doria, por sua visão e seus conselhos, sendo mais que uma mestra, mas também amiga nas horas difíceis, compreensiva, e grande incentivadora desse percurso.

É uma honra contar com a participação de pessoas especiais como vocês na minha vida.

EPÍGRAFE

“Os documentos são como nós, quando bem cuidados, envelhecem com dignidade e, também como nós, têm uma história pra contar.”

(Autor Desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho é um estudo da obra *Description de L'Egypte*, pertencente ao MEASB e idealizada por Napoleão Bonaparte durante campanha expedicionária ao Egito no final do século XVIII. Realiza pesquisa bibliográfica sobre conservação preventiva em suporte de papel e promove a execução de métodos como higienização. Aborda conceitos de Museu e Memorial, com o propósito de discutir suas diferenças, além de traçar a cronologia do ensino agrícola na Bahia até a fundação do MEASB. Discorre também sobre a história do papel, sua composição, agentes degradantes e métodos para sua conservação, bem como estuda os elementos intrínsecos à obra. Permitiu concluir que o objeto de estudo carece de acondicionamento adequado, vigilância periódica e restauração.

Palavras-chaves: Conservação, *Description de L'Egypte*, Papel, Patrimônio

LISTA DE ABREVIACOES

CAHL – Centro de Artes Humanidade e Letras
CE – Comissão de Educao
CCJ – Comissão de Constituio, Justiça e Cidadania
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIMUS – Diretria de Museus
EAB – Escola Agrícola da Bahia
EAB – Escola Agronômica da Bahia
EAGRUFBA – Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia
EAMVB – Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia
EMTPA – Escola Médio Teórico-Prática de Agricultura
EP – Escola Politécnica
ESA – Escola Superior Agrícola
Famed – Faculdade de Medicina da Bahia
IAB – Instituto Agrícola da Bahia
IEAB – Imperial Escola Agrícola da Bahia
IIBA – Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
ICOM – Comitê Internacional de Museus
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IV – Infra-Vermelho
MEASB – Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia
Proext – Pró – Reitoria de Extensão
UBa – Universidade da Bahia
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC – Universidade Estadual Santa Cruz
UESB – Universidade estadual Sudoeste da Bahia
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFCAL – Universidade Federal de Cruz das Almas
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UV – Ultra Violeta

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Broca.....	33
Figura 2. Cupim de madeira seca e cupim subterrâneo.....	34
Figura 3. Barata e traça	35
Figura 4. Documento em suporte de papel com fungos	36
Figura 5. Rato	37
Figura 6. Acondicionamento incorreto.....	37
Figura 7. Livro Description de L’Egypte.....	46
Figura 8. Livro Description de L’Egypte	46
Figura 9. Capa do livro Description de L’Egypte.....	47
Figura 10. Lombada do livro Description de L’Egypte.....	48
Figura 11. Manchas encontradas no interior do livro I.....	48
Figura 12. Manchas encontradas no interior do livro II.....	48
Figura 13. Rasgos na obra	49
Figura 14. Danos no livro	50
Figura 15 Higienização do livro I	51
Figura 16 Higienização do livro II	51

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Objetivos	11
2.1 Geral	11
2.2 Específicos	11
3. Museu X Memorial	12
3.1 A fundação do MEASB	16
3.2 O MEASB	22
4. Papel	26
4.1 Histórico	26
4.2 Constituição do papel	29
4.3 Condicionantes da Conservação	30
4.4 Conceitos da Conservação	38
5. Contextualização histórica para a origem do livro	40
5.1 Napoleão Bonaparte e suas Campanhas	42
5.2 Campanha em terras dos Faraós - Egito	43
5.3 Obra Description de L’Egypte	43
5.3.1 Commission des Sciences at arts	45
6. Análise da Obra	47
6.1 Materiais e métodos	47
6.2 Limpeza e higienização do acervo	50
7. Considerações finais	52
8. Referências Bibliográficas	54
Anexos	58

1. INTRODUÇÃO

Baseando-se no conhecimento adquirido durante o curso de Museologia e no decorrer do estágio realizado no Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia – MEASB, o presente trabalho se constitui em pesquisa histórica e aplicação de ações conservativas realizadas no livro *Description de L'Égypte*. A obra em questão, faz parte de uma coleção de onze volumes idealizada por Napoleão Bonaparte e executada por sua selecionada *Commission Sciences et Arts* sobre o Antigo Egito, foi realizada durante sua expedição militar em 1798. Que apesar do fracasso das tropas francesas, provocou grande impacto na sociedade da época, e que ecoa até hoje, batizada e disseminada como 'Egiptologia'.

O presente trabalho de caráter monográfico se encontra dividido em quatro capítulos, o primeiro, abordando a partir de definições do Conselho Internacional de Museus (ICOM), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e estudiosos como Jorge Barcelos e Prado Soligo, discorre sobre a diferença que permeia o conceito de Museu e Memorial como instituição de guarda, conservação e preservação. Estudando ainda a ordem cronológica do ensino agrônomo na Bahia, desde sua fundação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), em São Francisco do Conde, até a sua instalação em Cruz das Almas, e os processos de mudanças até a criação do MEASB.

O segundo capítulo aborda a história do papel até a composição e seus agentes degradantes. Segundo opiniões de autores como de Arnaldo Campos, Junior Spinelli, Yacy-Ara Froner e Luiz Antônio Cruz Souza, Norma Cianflone, entre outros da área, definindo a conservação preventiva como ciência aplicada, a fim de oferecer melhores condições de durabilidade para o acervo.

No terceiro capítulo, faz uma abordagem de contexto filosófico e histórico em que está inserido o livro, percorrendo por um breve apanhado sobre a Revolução Francesa e fatores que podem influenciar a execução da obra. Chegando a Napoleão Bonaparte e suas campanhas militares, em especial a campanha no Egito, local de inspiração e produção do livro *Description de L'Égypte*.

No quarto e último capítulo, é descrito os materiais e a composição do livro, as suas patologias assim como os métodos usados durante o processo de higienização. Seguindo das considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

A conservação da obra “Description de L’Egypte”, contribuindo para uma preservação de sua história, e estabelecendo condições de permanecer em utilização para exposições e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, a partir da sua reestruturação.

2.2 Específico

- Pôr em prática os conhecimentos na área da conservação, aprendido durante o decorrer da graduação;
- Compor um completo estudo histórico acerca da obra em tratamento;
- Elaborar um plano de conservação para a obra, tornando possível a sua preservação dentro do espaço do MEASB.
- Colaborar com a divulgação do MEASB enquanto centro de pesquisa e memória da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
- Contribuir para a divulgação da importância desse livro para a história natural.

3. Museu X Memorial

Sabendo que a memória é parte constituinte do processo histórico, e que está inserida em uma íntima relação com entidades de salvaguarda e preservação como os Museus. Vamos abordar a partir de definições que envolvem essas instituições, sua ligação com os processos históricos, personagens ilustres e objetos que relatam determinado momento de importância para a história, junto com sua correlação intrínseca e extrínseca ante o olhar da museologia.

Como primeira definição apresentada pela Lei Nº 11.904, de 2009:

“Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” (BRASIL, 2009).

Esse conceito da preservação do patrimônio e execução do papel cívico como fomentação a cidadania, e o respeito à diversidade cultural, são expandidos pelo Comitê Internacional de Museus – ICOM¹, que aprova por meio da 20ª Assembléia Geral, realizada em 6 de julho de 2001, Barcelona, Espanha, os museus como:

“Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.”

Sendo estes:

“Sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos;

Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno;

As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários;

Os centros de ciência e planetários;

As galerias de exposição não comerciais;

¹ O International Council of Museums - criado em 1946, é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus

Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos;

Os parques naturais;

As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus;

Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia;

Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais e imateriais;

Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.”.

Todos esses estabelecimentos culturais que realizam estudos, atividades e pesquisas com intuito apenas da disseminação do conhecimento através, principalmente, de ações exposição das obras e outros elementos – como animais, e registros imateriais - são reforçados como Museus também pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN,² responsável pela preservação do acervo tangível e intangível do país, que endossa o seguinte:

“O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

"I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

"II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

"III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

"IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

"V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

"VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas.”

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia do Governo do Brasil, vinculada ao Ministério da Cultura.

Embora essa ampla definição de órgãos habilitados abrace o Memorial como instituição museológica, reforçando a ideia do senso comum de que: “*Museu e Memorial são a mesma coisa.*”, existe uma diferença que os permeiam. A começar por sua etimologia, que já nos apresentam as particularidades de cada uma dessas entidades contribuindo para uma interpretação mais objetiva relacionada a esses centros de guarda. Como já diz o próprio nome Memorial, que deriva da palavra ‘memória’, onde é definida como: “1. Faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos. 2. Lembrança, reminiscência”. (FERREIRA Aurélio)

Seguindo ainda, a origem do termo memória, Alejandra Saladino define que:

“Processo de associações mentais que se origina de um sistema de relações entre a nossa percepção e imagens, fatos, fenômenos e/ou experiências vividos. Este processo é fortemente vinculado ao presente (o indivíduo percebe o passado a partir do presente); permanentemente e contínuo; e inconsciente, ainda que nem sempre involuntário. É o processo de memória que identifica o homem como gerador de cultura, e que oferece os parâmetros utilizados pela espécie humana no seu caminho civilizatório.” (SALADINO,2006).

Ponderando aqui a memória como capacidade de rememoração, lembranças, relatos e anamnese de situações anteriores vivenciadas, individual ou coletivamente, quanto a nossa formação cívica. É a partir desse princípio que estamos sempre a buscar compreender a memória, e resguardar a nossa história, como Guilherme Prado e Rosaura Soligo pontificam que:

“O memorial (do latim *memoriale*) é a escrita de memórias e significa memento ou escrito que relata acontecimentos memoráveis. O memento – que quer dizer ‘lembra-te’ – de modo geral pode ser compreendido como uma marca que serve para lembrar qualquer coisa.” (PRADO e SOLIGO, 2005; apud SANTOS, 2010).

Diante dos conceitos abordados acerca da memória como afirmação do ser, por meio do registro dos seus feitos mediante provas materiais e imateriais, Jorge Barcellos (1999; p.8), elucida o caminho de Memorial como um “*lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos, de caráter institucional, com fins culturais*”. Tal conceito torna o Memorial de fácil associação com os museus, pois ambos são caracterizados com a função institucional responsável pela guarda, gestão e exposição do acervo. Enquanto o Museu envolve interesses abrangentes, o Memorial tem por objetivo prestar homenagem à determinada figura pública, recorte histórico ou instituição. Como define Jorge Barcellos:

“Etimologicamente, portanto, o conceito de Memorial diferencia-se do conceito de museu. Memorial não é um museu, não é abrigado em sentido strito pelo conceito – no sentido de que é incorreto chamarmos indistintamente Memorial de Museu, ou de que possamos concebê-los funcionando da mesma maneira. É que não se tratam de ‘estabelecimentos

administrados no interesse geral' como o Conselho Internacional de Museus propôs em Paris, em 1957, pois atende aos interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição.” (BARCELLOS, 1999).

Segundo Prado e Soligo (2005), para conduzir um Memorial é necessário um conhecimento prévio: “[...] *das condições em que estão circunscritas as lembranças, assim como os acontecimentos e personagens que predominaram segundo as escolhas feitas [...]*”.

Sabendo que determinado instituto não reúne o acervo de maneira aleatória, concluímos que a organização do acervo e a adoção de um plano expositivo se dão diante das ações, ideias, impressões e conhecimento da pessoa ou instituição homenageada, sempre utilizando-se de “*memorialis*”³. Como afirma Barcellos, um Memorial “atende a interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição” (1999).

Diferente de uma entidade cultural que promove a salvaguarda da memória de múltiplos recortes históricos ou personagens, alguns Memoriais chegam a abranger seu perfil como Centros de Cultura como exemplos de Memoriais registrados, segundo a DIMUS na Bahia: o Memorial dos Governantes, que faz parte do Centro de Memória da Bahia; Memorial de Medicina, que tem como objetivo a disseminação do ensino de medicina no Brasil, o Memorial do Banco Econômico, anexado ao Museu Eugênio Teixeira Leal. Memoriais de caráter político, como: Memorial da Câmara Municipal de Salvador, da Câmara Municipal de Valença e da Câmara de Cachoeira. Memoriais de caráter religioso, como o Memorial da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, que pode ser visitado em Cachoeira. O Memorial da Epopeia do Descobrimento, que tem sua sede em Porto Seguro. O Memorial Padre Vieira, na cidade de Barreiras; o Memorial Adonias Filho, com acervo que pertenceu ao escritor, localizado em Itajuípe; o Memorial Cidade Luís Eduardo Magalhães, na cidade de mesmo nome; o Memorial Casa de Maria Bonita, em Paulo Afonso, que reúne peças que pertenceram à ex-cangaceiros; o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, que através de seu acervo de teses, fotografias, equipamentos científicos, livros e mobiliário, enaltece a história do ensino agrícola na Bahia da segunda metade do século XIX e o que é o local de guarda que abriga o objeto de estudo do trabalho, e discutiremos a seguir, entre outros.

³ Registro que auxilia a memória (BARCELLOS, 1999, p. 7).

3.1 A Fundação do MEASB

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, houve a necessidade dos portugueses manter suas colônias da América sob seu poder, perante uma tensão mundial que visava à retirada desses territórios. A exploração de recursos naturais do Mundo Novo não emanava tanto lucro, Portugal necessitava de uma ação lucrativa que consolidasse a sua ocupação nas terras além-mar.

Com a necessidade de voltar a Portugal, D. João VI passa o título de príncipe regente do Brasil, para D. Pedro, em 1821. Neste mesmo ano casou-se com Carolina Josefa Leopoldina. Retornando nove anos depois, após a morte do seu pai, em março de 1826, como Pedro IV, herdeiro do trono português. Abdicando de sua posição como Imperador do Brasil. Assim o seu trono passa a ser de direito do seu filho Pedro, que o herda com apenas cinco anos de idade, até o então futuro Imperador D. Pedro II atingir a maioridade, foi governado por uma Regência.

Sob a tutela de José Bonifácio de Andrade e Silva e Manuel Inácio de Andrade Souto, D. Pedro recebe uma educação exemplar, agraciado por isso, ele se tornando um grande conhecedor e interessado em ciências e do mundo das artes. Assumiu o trono no Brasil em julho de 1840, aos 14 anos, D. Pedro II tudo contribuía para um auspicioso futuro do país, principalmente em âmbito econômico. Durante esse período, existia na Bahia, somente duas indústrias de base, a Caixa Econômica da Bahia, de 1834 e o Banco Comercial da Bahia, fundado em 1841.

“Atuavam eles como agentes financeiros, sustentando as atividades e suprindo as necessidades pessoais dos senhores de engenho, que deles passavam, cada vez mais, a depender, face ao vulto crescente dos seus débitos.” (OLIVEIRA, 1999, p. 16)

Em 1944, o Brasil começou a proteger seu mercado interno, criando a tarifa Alves Branco, que tinha como objetivo a cobrança de uma taxa de 20% a 60% de todos os produtos que entrassem no país. (OLIVEIRA, 1999)

No início da segunda metade do século XIX foi considerada um boa época, apesar de ser perceptível a iminência de uma nova crise no âmbito da agricultura baiana. Em 1850 a crise se agrava com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz – que proibia o tráfico de escravos africanos – o que dificultou a entrada de mão de obra e ocasionou um enalço nas lavouras. Além disso, a competição com o mercado de beterraba, que eram produzidas pelas colônias inglesas e logo depois, a produção de açúcar caribenha.

No final do século XIX, Cuba havia alcançado a evolução industrial, com novos maquinário e já se tornara a maior produtora, e exportadora deste produto, com isso o preço pago ao açúcar nacional diminuiu drasticamente, encerrando o monopólio da economia açucareira, fator que levou não só a do Recôncavo bahiano como toda a economia nacional a fortes dificuldades econômicas, pois este era o principal produto de sustentação da base econômica do Império.

Por essas condições que o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura foi criado, a partir do decreto Imperial nº 2.500-A de 1º de Novembro de 1859:

“Desejando assignalar a época de Minha Visita a esta Provincia com numa nova demonstração da constante atenção, que Presto á Agricultura, como a principal fonte da riqueza do Estado; Hei por bem Crear huma Associação com o titulo de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, a qual se regulará por Estatutos organizados segundo as bases, que com este baixão, assignadas por João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio na Cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, em o primeiro de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.” (BRASIL,1859; p. 629)

Em 18 de novembro, realizada em sessão solene pelo Imperador D. Pedro II, é inaugurado o instituto, estando presente não somente a aristocracia baiana - Os senhores de engenho, barões, viscondes e comendadores – como também, influentes personalidades da região, que eram esses os comerciantes, comissários de açúcar, antigos traficantes de escravos e doutores, e representantes militares (SANTOS 2010: p, 36).

Assim, em janeiro de 1860, atividades no Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) começa a funcionar regularmente, e em novembro do mesmo ano, abriga junto ao Ministério de Agricultura e com a presença do Imperador D.Pedro II, é estabelecida a abertura de uma Escola Superior de Agricultura (ESA):

“Partindo do pressuposto de que a „educação profissional é primeira das condições de existência regular da agricultura e a falta dela é, sem dúvida alguma, uma das causas da nossa decadente lavoura” o Imperial Instituto empenha-se em promover „dentro dos limites de suas acanhadas forças e recursos” a criação da Escola Agrícola. Essa Escola é saudada com „destinada a derramar as luzes do ensino práctico tão necessário à regeneração de nossa lavoura” e considerada como „o fim principal desta e de cuja criação tão brilhantes resultados espera não só a nossa lavoura como também todas as classes sociais, visto ser a agricultura a fonte principal de riqueza pública”. (TOURINHO, 1982 apud REZENDE, 2004; p.46)

Concomitante “A criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura estava inserido num contexto de uma política de recuperação da agricultura em

crise, provocada na área de produção por problemas de mão de obra, capitais e atraso tecnológico, e na área de circulação pela retração do mercado internacional e consequente diminuição do preço do açúcar.” (REZENDE, 2004, p. 35)

A diretoria do IIBA então encarrega uma equipe para a escolha da sede do prédio da Escola Superior Agrícola (ESA). Dentre várias propostas apresentadas, o local escolhido foi o Engenho de São Bento das Lages, propriedade que pertencia a Congregação dos Monges Beneditinos, encontrada no município da Villa de São Francisco do Conde, distrito de Santo Amaro. Essa área era a principal produtora de cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano.

A opção da sede se deu pelo fato do lugar ser amplo, possuir algumas edificações e ser um terreno com diferentes tipos de solo. O prazo que referia-se ao aluguel correspondia ao período de nove anos, e podia ser negociado por mais um determinado tempo, e que era equivalente a quantia de quatro contos de réis por ano. Com as obras iniciadas em dezembro de 1863, contou com o orçamento anual de “quarenta contos de réis”, segundo Baiardi (1999). Essa quantia foi doada pelo Governo Geral, embora as obras não fossem concluídas, devido à grandes projetos da nobreza, Tourinho assegura que:

“A prudência que os poucos recursos do Instituto aconselham que seja adotada é sabotada pelo velho vício da suntuosidade ao qual a nobreza açucareira está acostumada desde os tempos coloniais [...]”. (TOURINHO, 1982 apud REZENDE, 2004; p.4)

Com isso, a Bahia cria um imposto a ser pago pelos então produtores de cana-de-açúcar da época, que pagavam “uma quota de cinco réis, por arroba de açúcar produzido” contribuição que viria a ser cortada em 1870. Por razão dessa variação de construção acelerada e a paralisação total, a construção do prédio principal só pode ser concluída em outubro de 1874.

Por meio do decreto de nº 5.957, o Imperador cria o Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), em 23 de junho de 1875, que passou a funcionar em fase de experiência em maio de 1876, e só então inaugurada oficialmente em 15 de fevereiro de 1877, como a primeira Escola Agrícola do Brasil. Como afirma Nilton Araújo:

“Documentos do APEB indicam o funcionamento desde maio de 1876 do curso para regentes agrícolas, pelo menos precedendo em seis meses da inauguração (Seção Provincial e Colonial – caixa 4044), pois discorre sobre a aceitação de um aluno, e junto a esta correspondência há uma outra do diretor da Escola Arthur Cesar Rios, de 12/05/1876. Outra fonte primária que confirma esta data é um Relatório do Ministério da Agricultura de (BRASIL, 1883), aonde se diz que a Escola foi “provisoriamente aberta a 16 de junho de 1876”. (ARAÚJO, 2001; p.26)

Sob direção do médico Arthur Cesar Rios, a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB) inicia-se as atividades, em 1877, com instalações amplas, tanto para moradia – casas para professores - quanto

para as atividades científicas e atividades práticas. O Campus contava com edifício principal de 3 andares e condições para o desempenho de atividades da escola com os mais avançados instrumentos agrícolas para a época, como afirmou Joelito Rezende:

“O edifício principal, de dois3 andares, com 190 palmos em quadros, com duzentas e cinqüentas e duas janelas e portas e quatro portões, era composto de salões, salas de aula, dormitório, banheiros, cozinha, uma biblioteca, uma capela e um museu com 3.462 exemplares de anatomia-asteologia, paleontologia, esqueletos, imitações em gesso, pneumatologia, neurologia, mamíferos, aves, galináceos, pernaltas, peixes, crustáceos, molusco, museus de física e de química. A bibliotecas possuía 1.517 obras em 3.813 volumes de ciências, artes, indústrias relacionadas com agricultura. Para os trabalhos nos campos de ensaio, a Escola era provida de instrumentos e máquinas modernas compradas na Europa, em 1871”. (REZENDE, 2004; p.51)

O IEASB dividia-se em duas hierarquias de ensino, a primeira voltada à formação superior, onde o concluinte devia apresentar uma tese sobre agricultura e ciências afins, no prazo estimado de três ou quatro anos, para a obtenção do diploma em Engenharia Agrônômica ou Veterinária. A segunda se resume ao ensino de aritmética, leitura e escrita, a fim de difundir o conhecimento. Além de um treinamento aos operários dos engenhos, referente aos instrumentos agrários mais modernizados e a formação de lavradores, e regentes florestais mais familiarizados com a agricultura.

A Imperial Escola Agrícola da Bahia, era vinculada a uma instituição de caráter particular, que era o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, que sofria várias críticas a cerca de sua prioridade quanto as finanças públicas. Além do prédio contar com uma formação mais teórica, a sua localização era outra pauta discutida, pois se encontrava em difícil acesso, sendo acessível por meio de barco – três horas da capital – ou enfrentando difíceis estradas.

Mesmo com os equipamentos mais avançados, e seu modelo europeu, o IEASB capacitou cerca de 280 engenheiros agrônomos até o seu fechamento em 1904, como afirma Araújo (2006, p.90), sendo poucos exerceram sua profissão, ou se dedicar - se a lavoura de cana-de-açúcar. Assim, as reuniões do Instituto passam a perder cada vez mais conjuntura de sócios, chegando em 1877 apenas com o funcionamento de reuniões da diretoria (REZENDE, 2004, p. 55).

Em 1889, insatisfeitos com o regime Deodoro da Fonseca desapossa D. Pedro II, acabando com a monarquia e proclamando República. Com isso, modifica o quadro da IEAB e da IIBA, instituições privadas, criada pelas visitas monárquicas e que agora passam para assistências do Estado, intituladas como: Escola Agrícola da Bahia (EAB) e Instituto Agrícola da Bahia (IAB). Durante o período que abrangia 1890 a 1894 a escola mantém as

portas abertas somente para os alunos que deveriam realizar os exames finais ou defesa de teses, matriculados antes de 1890.

Em 1899 com o corte definitivo de verbas da União que eram destinados à manutenção da escola, a EAB chega ao fim. Como endossa Tourinho (1982, p. 97 apud ARAÚJO, 2006, p. 40) Consequente, em 1902, o governo do estado da Bahia encerra por totalidade o auxílio financeiro que mantinha o funcionamento da EAB. Dois anos depois, em 1904, a diretoria é obrigada a fechar por carência de recursos necessários à sua continuação. Segundo Joelito Rezende (REZENDE, 2004, p. 64) no ano de fechamento da escola, seus bens são apropriados pelo governo estadual, que o transforma em Instituto Agrícola da Bahia – IAB e como é afirmado por Rezende:

“O IAB marcaria o fim do ensino superior, mas seus estatutos previam cursos para fazendeiros, agricultores e criadores, e também para trabalhadores rurais, além de estação agrônômica e posto zootécnico.” (ARAÚJO, 2006, p. 90)

O IAB continuou funcionando como Escola Prática de Agricultura, até 1910. Após esse período, por meio do Decreto nº 8.319, o governo Federal regulariza o ensino agrônômico do país.

“Em 1904, os bens da Escola passaram ao domínio do Estado, funcionando como Instituto Agrícola até o ano de 1911, quando se ministrou um curso para trabalhadores rurais ao mesmo tempo que eram mantidos um posto de zootécnico e estação agrônômica. (REZENDE, 2004; p.64)

Então, em 1911, o Estado da Bahia alegando recursos insuficientes para manter o Instituto Agrícola da Bahia e a Escola Agrícola da Bahia, acaba por entregar ao governo federal as instituições, que passa a ser chamada de Escola Média-Teórico-Prática de Agricultura. A EAB-EMTP é então, regulamentada mediante Decreto - nº 8.584 - em 01 de março do mesmo ano, ficando sob jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).

Que passa a adota uma política que dá preferência aos cargos de direção dos Institutos Agrícolas, aos profissionais nacionais. E determina como proibida, a comunicação direta com o MAIC de professores e funcionários com os ministros e diretores das instituições. Demonstrando assim o amparo que a posição de diretor desfrutava.

A Escola Média-Teórico-Prática de Agricultura (EMTPA) é então criada com finalidade de desenvolver programas voltados para a agricultura baiana e da parte norte do país. Com o intuito de orientar os agricultores em todos os âmbitos de sua profissão.

Em 1914, a Escola Média é fechada, além de motivos por falta de recursos do MAIC, também por conflitos entre o então diretor Dr. Henrique Devoto e o corpo discente dessa.

Assim que foi publicado o Decreto nº 10.855, o Governo Federal que anunciava o fechamento da Escola apropriada - se do estabelecimento assegurando para o Estado da Bahia todas as melhorias e benefícios realizadas, no Engenho de São Bento das Lages em São Francisco do Conde.

“No dia 31 de julho de 1919, o governo estadual decreta à reabertura da instituição por meio da Lei nº 1.333, denominada Escola Agrícola da Bahia. A inauguração da Escola Agrícola da Bahia, novamente sob a tutela do estado, ocorre em 22 de março de 1920, contando com a presença de pessoas ilustres da região. O funcionamento da EAB em 1920 começa em regime de internato que não consegue ser levado adiante, pois a mesma continuava passando por dificuldades financeiras o que prejudicava o seu funcionamento.” (SANTOS, 2010; p,20).

A revolução de 1930, que deu fim à República Velha facilitou a transferência da Escola Agrícola da Bahia para o edifício da Hospedaria dos Imigrantes, localizado na capital baiana. Alegando que a escola em São Francisco do Conde, além de não contar com recursos necessários para abrigar professores, estudantes e funcionários. Contava ainda com dificuldades de instalação de sedes administrativas, e melhor ensino da instituição, por não possuir condições satisfatórias para administração e ensino da instituição. Assim foi feito, e a EAB permaneceu em Salvador até os anos 1942 (SANTOS, 2010, p. 20). As acomodações funcionavam em um edifício lotado que não condizia com a atividade de ensino que ali funcionava. Nesse mesmo período, o interventor federal na Bahia Landolfo Alves, grande incentivador do desenvolvimento agrícola regional transfere a EAB de Salvador para Cruz das Almas. Área mais propensa à criação de uma escola com enfoque também no campo.

Em 1943, inicia - se as atividades e reformulação quanto à estrutura e regimento. A então Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia (EAMVB) passa a ser chamada por Escola Agrônômica da Bahia, voltando ao antigo padrão, de avaliação por meio de prova escrita e oral e exames práticos. (Santos, 2010)

Nesta área foi construído laboratórios, salas de aulas, prédios administrativos, casas para funcionários entre outras extensões. A Escola Agrônômica da Bahia, era administrada pelo Governo estadual, porém auxiliada pelo Governo Federal.

Em 8 de Abril de 1946, é criada a Universidade da Bahia (UBa), por meio do decreto- Lei nº 9.155. A partir da união de três tradicionais escolas profissionais – Faculdade de medicina da Bahia (FAMED), Faculdade Livre de Direito da Bahia (FLDB), e a Escola Politécnica (EP), junto à Faculdade de Filosofia da Bahia (FF), e a Faculdade de Ciências Econômicas (Faceb). Com a federalização de institutos de ensino superior, nos anos 50, passa a ser conhecida como a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Assim, após firmar convênio em 1967 com Governo da Bahia fica sob gestão da UFBA, a Escola Agrônômica em Cruz das Almas, resultando na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EAGRUFBA).

Outubro de 2002, o Magnífico Reitor da UFBA Naomar Monteiro, apresenta sua proposta de criação de uma nova Universidade Federal, onde visava o desmembramento da Escola Agrônômica em Cruz das Almas, da Universidade Federal da Bahia. Idealizada e protocolada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, o projeto de lei, redigida pelo então Senador da República, Waldeck Ornelas de nº 242, de 2002 que autoriza o poder executivo a criar uma instituição federal de ensino superior (IFES) na cidade de Cruz das Almas, sob o argumento de que existiam quatro estaduais (UESC, UEFS, UNEB e UESB), e somente uma instituição federal (UFBA), Esta instituição viria a ser a Universidade Federal de Cruz das Almas (UFCAL) e teria como objetivo principal a entrada do desenvolvimento na região do Recôncavo Baiano, através de atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Então, 07 de maio de 2003, a CCJ reuniu-se e aprovou o parecer do relator do projeto, Senador José Jorge, que se mostra favorável ao Projeto de Criação da UFCAL. O Projeto de Lei então encaminhado para a Comissão de Educação (CE) do Senado Federal. Enquanto a CE discutia a projeto de lei, o Conselho Universitário da UFBA reúne e avalia, a autorização ao Magnífico Reitor, à criar uma comissão para delinear as estratégias que viabilizaria a implantação da nova Universidade Federal.

O então Ministro do Trabalho Jacques Wagner, entrega ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva a proposta da criação da UFRB, sendo enviado em março de 2005, para o Projeto de Lei nº 4.955 que prevê a criação da nova universidade, à Câmara dos Deputados Federais, que seria aprovada em julho no ano supracitado.

“É sancionada a Lei nº 11.151 do ano de 2005, que prevê a criação da UFRB. Em 27 de dezembro, o Presidente assina o decreto nº 5.642, sobre a tutoria na UFRB pela UFBA e em 03 de julho de 2006 a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia inicia suas atividades sob uma conjuntura *multi campi*, abrangendo os municípios de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa e sua sede, em Cruz das Almas.”

O MEASB

A partir da iniciativa de um grupo de professores, da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EAGRUFBA) surge o Memorial de Ensino Superior Agrícola. Sabendo da extensa trajetória do ensino agrícola no Recôncavo, desde sua gênese como IIBA, diante seu panorama econômico de crise e o funcionamento inconstante da Escola Agrícola, antes

localizada em São Bento das Lages, distrito de São Francisco do Conde, agora ligada à este Instituto decidem em favor da perpetuação da memória do ensino agrícola brasileiro.

Considerando que a administração vigente da EAGRUFBA em Cruz das Almas não detinha nenhuma consciência sobre a preservação de seu patrimônio, datados de séculos. E sempre mantinha parte desse acervo exposto à umidade, roubos (como de fato aconteceu), rasgos, pragas, ameaças físicas, entre outros. Uma vez que não eram abrigados de maneira adequado. Acervos de suporte em papel, como fotografias, desenhos, pinturas e importantes livros do século XVIII, como o *Sertum Palmarum*, de autoria de João Barbosa Rodrigues, o *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine*, de Bilardon Sauvigny e Martinet, e o *Description de L’Egypte*, idealizado pela Commission des Sciences et Arts - objeto de estudo desse trabalho. Diante da situação, foi identificada a necessidade de guarda apropriada e imediata do acervo, e fazendo com que os próprios professores envolvidos retirassem as peças, e as deslocassem para um local provisório, mesmo que sem as corretas condições de guarda e conservação, até ser encontrado uma área com as devidas cuidados, enquanto que algumas peças não puderam ser “salvas” e assim tiveram de ser descartadas devido à grandes danos.

Além de teses da primeira EAB, em São Francisco do Conde, também encontrava-se no abandono telas e instrumentos de ensino agrícola e veterinário, animais taxidermizados, mobiliários entre outros objetos. A política de gestão dentro da instituição era falha a ponto de vários desses acervo serem subtraídos dentro da instituição, e não serem questionados. Porém, algumas peças de mobiliário ainda se salvaram para o uso, já que pode ser encontrada como móveis no gabinete da reitoria.

Sabendo que para a comunidade leiga a cerca da importância da memória e patrimônio, ainda constitui grande parte, é comum, ver o desleixo que a maioria dos objetos antigos são deixados. E por meio desse descaso, o grupo de professores cientes da importância dessa memória para as gerações futuras, teve como iniciativa tal ação.

Conscientes da benfeitoria que essa ação iria proporcionar para a História do Recôncavo e bestializados com a condição que a EAGRUFBA geria tal patrimônio secular, esses professores buscam a implantação de um núcleo com a finalidade de reunir a maior parte possível desse acervo. Assim em 2003, ocorre a redação do projeto de criação do MEASB, pelo grupo de professores supracitados, junto à EAGRUFBA, que é assinado pelo professor Áureo Silva de Oliveira.

Observando uma necessidade urgente, em 2004, o CNPq oferece apoio ao projeto do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, que teria a responsabilidade inicial de reunir

todo material que remetesse à história do ensino das ciências de uso das terras, a fim de constituir o acervo desse núcleo.

Criada em 2005, a UFRB encerra mais uma etapa do Ensino Agrícola do Estado da Bahia, que crescia como instituição preservando no seu seio um passado repleto de história. Quando do início das atividades da nova IFES, o Reitor em exercício, pela Portaria de Nº 237/2006, instituiu a criação de um Grupo de Trabalho, Extensão e Pesquisa do MEASB e ainda designa nove servidores elencados para constituí-lo. A coordenadoria do grupo seria entregue à museóloga Prof^a Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, contando com a participação da também museóloga Prof^a Rita Maria de Cássia Dória como suplente. O restante do grupo seria composto pelos museólogos Prof. Henry Luydy Abraham Fernandes e Cristina Ferreira Santos de Souza, o historiador Luis Antônio Silva Araújo, a engenheira agrônoma Claudia Bloisi Vaz Sampaio, a arquiteta Maria das Graças Andrade Dias e o então Gestor do Núcleo de Eventos da PROEXT, João da Silva Gonçalves. O grupo ficaria responsável pela elaboração dos trâmites jurídicos necessários para a oficialização do MEASB como instituição museológica, como o termo de criação do MEASB⁴.

Dessa maneira, o MEASB é criado, e ganha sua sede em uma das construções residenciais no bairro dos professores, no campus da então UFRB, na cidade de Cruz das Almas e com o propósito de:

I – Reunir, identificar, tomar, preservar e expor objetos, documentos e livros que irão compor o acervo do Memorial;

II – Fomentar e desenvolver pesquisa nas áreas afins ao acervo e nas áreas de conhecimento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

III – Empreender e estimular atividades de extensão cultural e educativa direcionadas ao Público Geral.”

A missão do MEASB, por sua vez, fundamenta-se:

“reunir, identificar, tomar, preservar e expor o acervo da instituição que é constituído de livros, atas - entre elas a Ata de criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, assinada por D. Pedro II em 1859 e algumas obras raras e edições do século XIX - documentos, gravuras, telas, imaginária, fotografias, mobiliários, instrumentos técnicos – científico, instrumentos musicais dos séculos XIX, XX e XXI e inúmeras monografias escritas à mão, sendo muitas do final do século XIX e início do XX. Assim como, fomentar o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão nas áreas de conhecimento voltada à preservação da memória. Logo, cumprindo sua missão de suscitar na comunidade local e acadêmica a importância deste como um veículo de preservação e salvaguarda da memória da Ciência Agrônoma no Brasil.” (SANTOS, 2010; p.24)

⁴ Ver Anexo C, p. 61.

Em 2008, de acordo com a Portaria de Nº 068, é criado o Núcleo de Gestão do MEASB e vinculado à Pró Reitoria de Extensão por meio de sua subordinação à Coordenadoria de Extensão Cultural. Em 2010, acontece à vinculação técnica do MEASB ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), como prevê a Portaria Nº 365, uma vez que este sedia o curso de Museologia da UFRB. Tal ação teve como iniciativa a disseminação de uma maior interação do corpo discente e docente de museologia com o ambiente pertencente a uma Instituição Museológica, e que ofereceria condições para a realização de estágios e pesquisas, funcionando como uma espécie de museu-escola.

O MEASB funciona atualmente sob a coordenação da museóloga Profª Msc. Rita de Cássia Silva Dória juntamente com a historiadora Maitê dos Santos Rangel, a qual desenvolvem atividades na área de conservação e pesquisa histórica do acervo. Os objetivos do MEASB são alcançados contando com a participação de alunos do curso de Museologia da UFRB por meio de estágios, projetos e trabalhos de conclusão de curso, tendo como principal vertente a conservação preventiva de bens culturais, como é o caso do trabalho aqui realizado. A seguir trataremos sobre a História, composição e agentes degradantes do suporte em papel.

4. Papel

4.1 Histórico

Desde a Pré-História, os indivíduos manifestavam o desejo em se expressar por meio de outra forma que não fosse somente verbal, a escrita. Isso possibilitaria o registro de seus hábitos, suas memórias e a história de todos os eventos ocorridos. Essas inscrições ficaram conhecidas como desenhos rupestres.

As civilizações procuravam evoluir todo tempo, cada uma à sua maneira para que assim houvesse uma maior comunicação. Os Astecas e Maias criaram, a partir das cascas de árvores prensadas, uma tela para os registros de seus estudos, que levou o nome de “amatel”. Os indianos empregavam folhas de palmeiras para essa mesma finalidade. Já os Babilônicos utilizavam lajotas de argila, fáceis de trabalhar os caracteres empregados na escrita e também, por serem mais fáceis de transportar.

No Oriente Médio, mais especificamente os povos egípcios, desenvolvem o papel a partir de uma planta aquática encontrada em abundância nas margens dos rios, o papiro. Cientificamente conhecido como “cyperus papyrus” – de onde origina a palavra “papel”, material que vai revolucionar a escrita. As suas lâminas de fibras eram cortadas do caule da planta, parte branca e esponjosa, para depois serem sobrepostas de maneira cruzada, passava pelo processo de marteladas, alisamento e colagem umas às outras formando longas e finas tiras, que eram enroladas com a face de fibras horizontais voltadas para dentro, formando o papel de pigmentação amarelada, pronta para o uso. Esse processo é descrito por Arnaldo Campos como:

“... elaboração da folha de papiro para uso como suporte de escrita (charta aegyptiaca), segundo Plínio⁵, começava com o corte de caule da planta em pedaços de aproximadamente 40cm de comprimento. Retirada a casca, cortava-se o miolo em tiras que eram cruzadas umas sobre as outras, umedecidas e batidas com um macete de madeira. Experiências realizadas no laboratório do Museu Britânico demonstraram que o batimento liberava uma substância colante existente nas fibras, que ficavam firmemente grudadas. Submetida a um tratamento com óleo de cedro, a folha, depois de seca ao sol, era polida com pedra-pome, ficando assim pronta para receber a escrita sem que a tinta borrasse a superfície. O óleo de cedro servia ainda para proteger a folha por muito tempo contra a predação de insetos papirófagos.” (CAMPOS, 1994, p.43)

Sem dúvidas o papiro, apesar de sua fragilidade, serviu de suporte durante muito tempo, como afirma o professor egípcio R. El Nadury:

⁵ Plínio, o Velho – Caius Plinius Secundus Maior, enciclopedista romano

“De todos os materiais empregados como suporte para a escrita na antiguidade, o papiro certamente foi o mais prático, por ser flexível e leve. A fragilidade, porém, era seu único inconveniente. (...)”

Embora o papiro tenha sido em suporte importante para preservar os registros que marcavam essa época, um outro material vai ser desenvolvido para essa mesma finalidade na Idade Média. Surge o pergaminho, obtido da parte interna da pele de animal, como carneiros e cabras, mais macio e resistente, que absorvia a viscosidade da tinta e era de fácil transporte. Mesmo sendo de extremo custo para a época, foi um dos materiais mais utilizados para importantes escritos como a impressão da primeira Bíblia.

A técnica utilizada para confecção do pergaminho⁶ consistia na retirada da gordura, da carne e dos pelos do animal, com água de cal. Em seguida, sobreposta a uma armação para secagem e ao final do processo, a superfície era adelgada cuidadosamente com uma lâmina meia-lua, as peles eram então lixadas e polidas. Essa prática era executada em mosteiros, onde os monges também dedicavam um período para a cópia dos manuscritos antigos confeccionados em papiros. Tempos depois, essa prática passou a ser considerada profissão.

Paripasso a essas técnicas, outros suportes foram sendo desenvolvidos. Na China, Ts' Ai Lun, no ano 105 d.C, emprega como princípio básico a maceração de restos de tecidos de algodão e rede de pescar, junto com cascas de madeira misturados à água.

Esse processamento resulta numa pasta que é depositada sobre uma tela de pano, feita com armação de bambus que, ao escoar, forma uma fina malha. Após secagem, é polida e utilizada para a escrita.

Essa fabricação foi mantida como segredo por 500 anos, até o ano de 751, por ocasião de uma guerra com o exército Árabe, que, ao capturar e fazer prisioneiros dois fabricantes de papel, oferece como moeda de troca pela liberdade o segredo da fabricação desse material. Pouco tempo se passou para que as caravanas vindas do Egito, Cairo, Marrocos, Bagdá e Samarcanda, chegassem ao Oriente com os conhecimentos sobre as técnicas de fabricação do papel. Essas informações são registradas por Helio Jaguaribe⁷:

“O papel foi inventado em 105 d.C, por alto funcionário da corte imperial, na dinastia Han (206 a.C. -220 d.C.), numa época que correspondia, no Ocidente, ao reinado do Imperador Trajano. A vitória dos árabes contra os chineses, na batalha de Tallas, perto do lago Balkhach, em 751 d.C.,

⁶ Sabe-se que seu nome faz referência a primeira produção, realizada na cidade de Pérgamo - Grécia, localizada na Ásia Menor, e que, do latim significa ‘charta pergamamena’

⁷ Advogado(PUC/RJ) e cientista político (PhD, h.c.) pela Universidade de Mainz. Ex professor visitante das Universidades de Harvard, Stanford e do MIT. Já lecionou e chefiou o Departamento de Ciência Política do ISEB. É decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro

permitiu a captura de artesãos chineses conhecedores da técnica de fabricação de papel, o que levou os árabes a produzi-lo em Bagdá por volta de 793 d.C. “ (JAGUARIBE,199, p. 24)

Apesar das várias técnicas de aperfeiçoamento ao longo do seu desenvolvimento, a manufatura do papel não modificou o modo básico de produção após sua chegada em terras europeias. Foram sendo adicionados novos tipos de matéria-prima, como as madeiras de Amendoeira, Bambu, Carvalho, Cânhamo, Gampi, Mitsumata, Pinheiro, entre outras.

“Os primeiros papéis europeus, conhecidos como papéis de trapos, era feitos de fibras de algodão de roupas velhas, sendo também empregados pasta mais ou menos densa; a seguir, a pasta era disposta em camada sobre uma peneira, onde permanecia até secar. Após a secagem, folha era retirada (...)”

Segundo, Clara C. Alambert, Marina Monteiro e Silvio Ferreira (2010), o processo de fabricação do papel europeu era diferente do processo dos chineses, embora ambos utilizassem a técnica básica de moer a matéria-prima a fim de criar uma pasta e assim, moldar seu suporte. Os chineses martelavam a matéria-prima até se desfibrarem, formando um molde para confeccionar cada folha. No processo europeu, o mesmo molde confeccionava todas as folhas.

Isso foi possível ao substituir o suporte de bambu por um de madeira com uma tela de cobre, formando uma superfície com linhas horizontais de aproximadamente dois centímetros de distanciamento, atravessado por linhas verticais, formando vergaduras, que permitiam a retirada da folha úmida e o reaproveitamento do molde. Também foram pioneiros no processo de impermeabilização ao empregar cartilagem de animais, com a intenção de uniformizar a superfície do material tornando-a mais apta para o suporte da escrita. Isso cria um modo de fabricar papéis para livros e desenhos.

Dessa forma, os europeus começaram a dominar a técnica da manufatura do papel, porém, com o passar do tempo, os produtores se diversificam, exigindo assim diferenciações para caracterizar os fabricantes. Segundo Alambert, Monteiro e Ferreira (2010), “A partir de 1307, tornou-se prática comum entre os papeleiros europeus marcar com seus nomes os papéis de sua fabricação”. Surge assim a marca d’água.

Ainda de acordo com Clara Alambert, Marina Monteiro e Silvio Ferreira (2010):

“Ao longo da história, o papel tem sido personalizado com marcas d’água ou filigranas, para identificar o seu fabricante ou proprietário. Esses símbolos, brasões, monogramas, etc, visíveis somente contra a luz, são o resultado de fios, que colocados na tela, resultam em variações microscópicas no exato momento de formação do papel. ”

No século XV, com o aumento da demanda, a necessidade de impressão supera as possibilidades da oferta. Surge então a prensa móvel, idealizada por Gutemberg, tornando-se o primeiro passo para baratear a mão-de-obra na confecção dessa matéria prima. Em 1799, o francês Nicholas Louis Robert, inventa a máquina de fabricar papel com esteira contínua, criando uma versão mais moderna, capaz de produzir, colar, seca e bobinar o papel. No entanto, os desdobramentos nas transformações mecânicas e alterações na composição química da produção do papel tenham ocorrido ao longo de todo o século XVIII, as fabricações artesanais se mantêm ativa com as pressas conhecidas como 'moinhos de papel'. No século XIX, o ritmo de produção em série torna-se mais rápido, com o surgimento de um maquinário capaz de produzir maiores quantidades e menor tempo.

Assim como as máquinas foram evoluindo e sendo alteradas, a confecção da matéria - prima do papel também segue essa premissa. Foram aos poucos sendo adicionados novos produtos como os clareadores, que, ao tornar o papel mais alvo, também o torna mais suscetível à degradação e necessitando de cuidados extremos quanto aos métodos de conservação.

Diante do exposto, faz-se necessário o conhecimento prévio da composição do papel enquanto suporte, abrangendo o estudo de sua história, agentes degradantes e suas patologias.

4.2 Constituição do Papel

Os primeiros papéis foram de origem vegetal e seu processo de fabricação artesanal feito pela maceração, hidratação e prensagem das folhas. São conhecidos como os mais resistentes ao tempo, chegando a datar de milênios, como é o caso do papel fabricado na China até o século XVIII.

Com a escassez da matéria prima chinesa para a confecção do papel, novas alternativas são buscadas a fim de suprir as necessidades de produção. Assim, o cientista francês René Reaumur descobre que a composição da madeira assemelha-se ao algodão, nascendo dessa forma à produção de papéis vegetais. Madeiras como o eucalipto e o carvalho, compostos por fibras curtas, o pinheiro e a araucária, de fibras longas, passam a ser empregadas com maior frequência. Já o algodão e linho, de fibras muito longas, são empregados em papeis especiais por sua melhor qualidade.

As madeiras estão constituídas por compostos como a celulose, a hemicelulose e a lignina além de outros compostos em menor proporção. Assim, a celulose, considerada a principal

molécula de base estrutural do papel, “é um polímero linear à base de glicose de alta massa molecular formado de ligações β 1,4 glicosídicas, insolúvel em água, sendo o principal componente, da parede celular da biomassa vegetal.” (CASTRO, 2009) que é sintetizada pelos vegetais por meio da fotossíntese, reação química provocada pelo encontro do dióxido de carbono e água junto com a clorofila e luz. Apresenta afinidade com a água mesmo sendo insolúvel. A hemicelulose, conhecida como “meia celulose”, são cadeias curtas e ramificada e capaz de absorver grandes proporções de água, pois também se trata de polímeros de glicose. Como afirma Spinelli Júnior, “São responsáveis por diversas propriedades das pastas celulósicas, sendo por isso explorada na fabricação de diferentes tipos de papel.” Essa substância se intercala com as microfibrilas de celulose, proporcionando flexibilidade e evitando o contato direto entre estas. Diferente da celulose, que é altamente polimerizada, a hemicelulose age inversamente, com isso, permitindo sua utilização em demais produtos – álcool, ácido orgânico - e diferentes tipos de papéis. A lignina, considerada um polímero amorfo, natural e de complexa composição química, confere uma solidez às fibras de celulose. Prof^a Heizir F. de Castro acrescenta que:

“A lignina é considerada como um dos materiais mais resistentes na natureza. Na biomassa vegetal, a lignina está associada juntamente com a celulose e hemicelulose, o que impede a degradação desses materiais, isto é, a lignina confere firmeza e rigidez ao conjunto de fibras de celulose. Portanto, a lignina não deve ser considerada como uma substância química única, mas sim, como uma classe de materiais correlatos.” (CASTRO, 2009)

Adicionados a polpa para a fabricação do papel, temos os seguintes produtos:

Corantes e pigmentos, substâncias responsáveis por um acabamento cromático, para todos os tipos de papel. Aditivos e agentes de colagem, que são substâncias adicionadas em determinadas quantidades, para caracterizar o papel. Acrescidas as cargas, temos os aditivos “destinadas a dar opacidade, lisura e printabilidade aos papéis” (SPINELLI JUNIOR.1995) além dos agentes de colagem que atuam como aglomerantes das fibras celulósicas. Também são reunidos materiais diversos, encontrados nos diferentes materiais responsáveis pelas propriedades físicas e químicas do papel, e que de acordo com Spinelli, são os “amidos, retentores de carga, antiespumantes, bactericidas, fungicidas, etc.”

4.3 Condicionantes da Conservação

Sabendo que a deterioração é um processo naturalmente irreversível e o papel um suporte orgânico e de frágil composição, é de extrema importância conhecer seus elementos, os

agentes e as variações ambientais aos quais estão submetidos a fim de proceder a sua conservação para manutenção da estabilidade física dos materiais que o compõem.

Entende-se que as causas principais da degradação e deterioração do papel correspondem a fatores intrínsecos e extrínsecos. As causas intrínsecas estão relacionadas diretamente a produção desse material, como os resíduos provenientes da composição da sua pasta química, cargas e resinas agregadas, os ácidos que reagem e destroem as cadeias moleculares da celulose, fragilizando as fibras e o tornando quebradiços. Quanto as extrínsecas, essas são formados por fatores relacionados ao meio ambiente tais como umidade relativa, temperatura e radiações luminosas, poluição do ar, insetos e micro-organismos, manuseio, acondicionamento inadequado, vandalismo e as catástrofes naturais (enchentes e incêndios).

Nas praticas da Conservação museológica, as ações recaem mais especificadamente sobre as causas extrínsecas, as quais agem indiretamente sobre o papel.

O controle inadequado da temperatura e umidade relativa (UR) pode resultar em graves e permanentes danos para qualquer obra e documento. Tratando-se de um material higroscópico, absorve e libera umidade com facilidade, promovendo a dilatação e contração do suporte, ocasionando rachaduras e rasgos. Proporciona também um ambiente adequado para uma proliferação de fungos, bactérias e outros agentes biológicos. Altos níveis de temperatura e umidade relativa aceleram a degradação, provocando danos visíveis aos documentos, “ocasionando o craquelamento de tintas, ondulações nos papéis e nos materiais de revestimento de livros, danos nas emulsões de fotos, etc.”.

“A velocidade de muitas reações químicas, inclusive as de deterioração, é dobrada a cada aumento de 10° C. A umidade relativa proporciona as condições necessárias para desencadear intensas reações químicas nos materiais.” (Cassares, 2000)

O controle da temperatura deve ser feito diariamente, com a utilização de termo higrômetro, que denuncia qualquer mudança brusca do ambiente. Outro fator de dano para o acervo são as emissões dos raios infravermelhos (IV) e ultravioletas (UV), a iluminação natural e artificial apresenta ação nociva sobre o papel, que provocam dois resultados. O primeiro resulta no clareamento do suporte e seus pigmentos, uma mudança de cor, desbotamento ou mesmo escurecimento do suporte, impossibilitando uma legível leitura de documentos ou reconhecimento de fatores estéticos da obra. O segundo causa um enfraquecimento do mesmo, tornando-o frágil, quebradiço e amarelecido por perda da lignina, componente natural do papel responsável pela solidez das fibras. Dessa maneira, para uma lenta

deterioração fotoquímica seu controle é imprescindível. Como afirma as autoras, Clara d'Alambert, Marina Monteiro, e Silvia Ferreira:

“As células de celulose perdem gradualmente a resistência quando expostas aos raios ultravioletas emitidos pela luz solar ou por fontes artificiais. A atuação dos UV são extremamente prejudiciais, porque atinge diretamente a estrutura da celulose, sobretudo no caso dos papéis de baixa qualidade, nos quais a celulose é pouco purificada e a lignina não é totalmente retirada.” (2008).

Os Agentes Químicos, como o nome já diz, são agentes de deterioração por meio de processos químicos com o suporte, também são fatores prejudiciais ao acervo. Sendo vital a importância de um controle de qualidade do ar, contribuindo assim de maneira positiva contra os efeitos abrasivos que ocorrem durante a deterioração dos materiais, que vêm causando estragos desde, uma fragilidade do papel até a perda da tinta em acervos de papel.

“O ar dos centros urbanos e industriais contém uma grande diversidade de partículas e gases. As partículas compõem a parte sólida de dimensões microscópicas dos poluentes. Reúnem especialmente o pó, a fuligem e os esporos dos microorganismos. Os gases formam os poluentes mais reativos e perigosos para os documentos.”

Há dois tipos de poluentes: os que vêm do ambiente externo, provocados por reações junto a componentes químicos, como o dióxido de enxofre, que ocorre a partir da queima de combustíveis fósseis dos automóveis e fornos industriais. Que combinado com o oxigênio resulta no trióxido de enxofre. “*Tal reação química é catalisada por pequenas partículas metálicas. A combinação do trióxido de enxofre e a água, seja a do ar ou do papel, formará o ácido sulfúrico.*” (COSTA 2003). Responsável pela fragilidade, manchas e escurecimento do suporte. O ozônio, que é um poderoso agente oxidante, provoca o rompimento das ligações entre os átomos de carbono, que atuam nos materiais orgânicos.

A poeira é o fator degradação que causa maiores danos, atraindo umidade em quantidade necessária para os gases atmosféricos tenham ação química sobre os materiais. Composta por cristais com vértices e arestas, que cortam a fibra da celulose, podendo confirmar isso por meio das perdas de margens de livros e documentos. A poeira acumulada compromete a resistência do papel, ainda favorecendo para o desenvolvimento de agentes biológicos.

E aqueles que se originam do próprio ambiente do acervo, como o caso de “aplicação de vernizes, madeiras, adesivos, tintas, etc., que podem liberar gases prejudiciais à conservação de todos os materiais.” (CASSARES, 2000), além de produtos de que tenha derivado de petróleo.

Os Agentes Biológicos, notadamente insetos, fungos, bactérias e roedores, são sérias ameaças a qualquer acervo, responsáveis por causar muitos danos irreparáveis. Esses agentes estão associados à natureza química dos materiais que constituem os documentos, junto com condições adequadas para uma proliferação são responsáveis por danos muitas vezes irreversíveis. Em razão disso vigilância e controle devem constituir cuidados permanentes

Dentro os diferentes tipos de insetos, podemos citar como potencialmente inconvenientes as: Brocas ou carunchos (Anóbios), Traças (Thysanura), Barata (Blatta orientalis) e os Cupins (Térmitas), que são responsáveis por causar danos imensos em acervos. Cada ataque tem suas próprias características, mas todas se revelam por perdas de superfície e manchas de excrementos.

Brocas

Têm vida isolada, e pertencem a Coleoptera. Se dá principalmente por falta de higienização do ambiente e do acervo e, na maioria das vezes, por contato com material contaminado. “*Estes insetos perfuram as folhas compactadas ou de encadernados, até rendilhá-las, impossibilitando a leitura do texto.*” Como aponta Marilene Fragas Costa, 2003. Para combatê-los, é preciso conhecer sua natureza, e de que maneira se proliferam.

“As brocas têm um ciclo de vida em 4 fases: ovos – larva – pupa – adulta. A fase de ataque ao acervo é a de larva. Esse inseto se reproduz por acasalamento, que ocorre no próprio acervo. Uma vez instalado, ataca não só o papel e seus derivados, como também a madeira do mobiliário, portas, pisos e todos os materiais à base de celulose.” (CASSARES, 2000)

As características que indicam o seu ataque é o pó que encontramos nos suportes do acervo, que “contém saliva, excrementos, ovos e resíduos de cola, papel, etc.” Na busca de adesivos de amido, as brocas se instalam nos papelões das capas, dentro dos livros e os suportes, chegando a causar perda total.

“(..) as brocas (Anóbios) que danificam o acervo desde sua fase larval, e se



Figura 1. Broca. Fonte:

<http://expurgotelmopereira.weebly.com/uploads/2/3/8/4/23843015/1589986.jpg?17>

instalam quando nascem e permanecem ali abrindo caminho à medida que seu tamanho e sua fome vão crescendo. Uma característica deste inseto é a de não atacar folhas soltas, preferindo lugares bem abertos onde podem se alimentar melhor. (CORADI E STEINDEL, 2007; p.353).

Cupins (Térmitas), assim como as brocas, os cupins se alimentam de celulose, e por essa razão, são classificados em dois grupos: Os de solo e os de madeira, representando um risco não só para coleções como para prédios.

"Os cupins de solo formam colônias subterrâneas e chegam às edificações através de canais (galerias), que constróem pelas bases de madeira e mesmo de concreto, aproveitando suas falhas estruturais para protegê-los da luz, uma vez que não possuem proteção epitelial.

Os cupins de madeira vivem dentro da madeira de móveis, portas, forros, etc. Passam para livros e documentos que se encontram em armários, estantes e gavetas infestadas." (COSTA, 2003).

Os cupins causam uma ação devastadora por onde passam, percorrendo "*áreas internas de alvenaria, tubulações, conduítes de instalações elétricas, rodapés, batentes de portas e janelas, etc.*" (CASSARES, 2000). Na maioria dos casos, quando detectado os ataques aos acervos, já estão instalados em todo o prédio. Os estragos causados por esses agentes são identificados por meio de furos.



Figura 2. Cupim de madeira seca e cupim subterrâneo
Fonte: http://www.imuni-wom.com.br/images/cupim_02.jpg

Baratas e Traças:

Atacam desde o papel até revestimentos. As baratas têm sua própria característica de ataque, por perdas de superfície e manchas, elas que são atraídas pelos fatores de temperatura e umidade elevadas, falta de higiene e resíduos de alimentos, se desenvolvem nos dutos de refrigeração e nos ralos dos prédios. O mesmo com as traças, que além de causar danos na superfície, deterioram as margens dos documentos. *“As traças (Tisanuros), que penetram nos livros, avançando em sentido longitudinal e chegam a tal ponto de fazerem desaparecer o brilho do papel.”* (Coradi e Steindel, 2007 p.353).

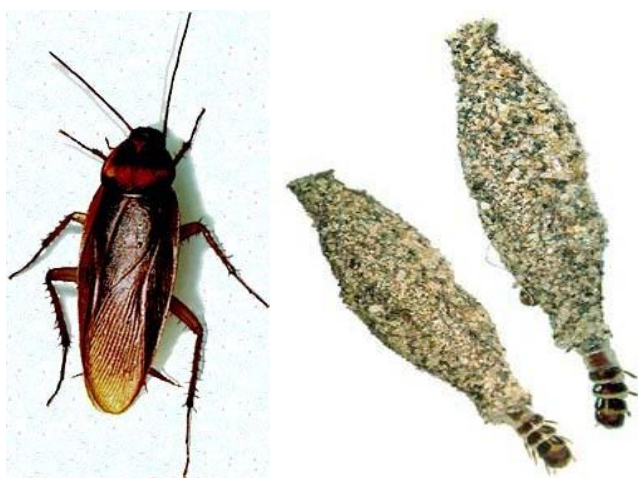


Figura 3. Barata e Traça

<http://www.kireipragas.com.br/baratas10.jpg> <http://www.radiocidadania.com.br/blog/wp-content/uploads/2014/01/tra%C3%A7a.jpg>

Fungos

“Os fungos são constituídos por duas partes: a vegetativa, composta por hifas que atuam na fixação e absorção de alimentos, e a reprodutiva, onde se encontra uma célula, responsável pela produção dos esporos (células ovais altamente resistentes) responsáveis pela reprodução do fungo por esporulação e pelo mecanismo de defesa, ação que acontece quando há formação de um único esporo por célula, que em condições ideais volta a se desenvolver.” (COSTA, 2003).



Figura 4. Documento em suporte de papel com fungos

Fonte:http://4.bp.blogspot.com/FDIWvPZWGzw/UI_MONvhWgl/AAAAAAAAACr0/DpD43A89txs/s1600/1_Fungo.JPG

Também conhecidos por “mofos” e “bolores”, esses microrganismos se desenvolvem em qualquer tipologia de acervo, diversos fatores favorecem a sua proliferação, “dos quais destacam-se a luz, pH, natureza do material constitutivo dos documentos e a presença de outros microrganismos.” (SPINELLI, 1995)

Incapazes de realizar fotossíntese, os fungos eles necessitam de matéria que proporcionem esses nutrientes, sendo por isso adaptável a qualquer material.

Os danos causados vão desde manchas de cor amarela, mais escuras no centro e mais claras nos contornos, até a deterioração da estrutura.

Bactérias – As bactéria compõem-se de uma só célula, que juntando-se a células similares, acabam por formar colônias. Assim, como os fungos, seus microrganismos, alimentam-se da celulose e de outras propriedades presentes no papel. Conforme Marilene Fragas Costa:

“Normalmente sua reprodução se faz a partir da divisão de uma célula em duas iguais. Em condições desfavoráveis, certas bactérias também produzem esporos como forma de resistência. Neste caso, há formação de um esporo por célula.” (COSTA, 2003, p.8).

A presença de roedores também é um fator que oferece ameaças significativas sobre o material documental. Os ratos utilizam-se de materiais como “*papéis, couros, tecidos, plásticos picados*” (COSTA, 2003) para a formação de seus ninhos. Assim, causando rasgos irreparáveis para o acervo bibliográfico.



Figura 5. Rato.

Fonte: <http://www.hienaservicos.com.br/styled-12/styled-5/files/Roedores.jpg>

Agentes Mecânicos: Vandalismo, Roubo, Manuseio incorreto, Guarda Inadequada

A ação mecânica do homem também é fator de deterioração de bens culturais, estão relacionadas a formas inadequadas de manuseio, armazenagem, exposição e intervenções impróprias nos objetos. Essa degradação pode ser causada diretamente pela ação do homem através da poluição da atmosfera, ou por danos frutos de vandalismo. A fim de evitar degradação por manuseio inadequado, recomenda-se a realização de limpeza frequente nos espaços de exposição e guarda, vigilância, manuseio adequado das obras nas vitrines, utilização de barreiras ou anteparos nos ambientes de exposição. A conscientização do valor histórico e científico dessas obras, pode ser a chave para a sua preservação, e uma análise da melhor forma de acondiciona-las e comunica-las é o veículo que mobiliza essa conscientização. (DRUMOND, 2006)



Figura 6: Acondicionamento Incorreto.

Fonte: <http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQReROg7NYYEZEsfQrRXjp7A4o4-eMpfTuNGbILuZA8Ov1Pobe>

Vandalismo e Roubo: Além de sofrer com os furtos, atitudes de vandalismo comprometem toda a segurança do acervo. Esse tipo de dano, na maioria dos casos só são observados depois de muito tempo. Sendo necessário uma política de proteção, como indica Normas Cassares:

“o problema é durante o horário de funcionamento, que é quando os fatos acontecem.

O recomendado é que se tenha uma só porta de entrada e saída das instalações onde se encontra o acervo, para ser usada tanto pelos consulentes/pesquisadores quanto pelos funcionários. As janelas devem ser mantidas fechadas e trancadas. Nas áreas destinadas aos usuários, o encarregado precisa ter uma visão de todas as mesas, permanecendo no local durante todo o horário de funcionamento. As chaves das salas de acervo e o acesso a elas devem estar disponíveis apenas a um número restrito de funcionários. É importante que os pertences dos usuários e pesquisadores, como casacos, bolsas e livros, sejam deixados fora da área de pesquisa.

Todo pesquisador deve apresentar um documento de identidade, para controle da instituição. Um livro de entrada deve ser assinado e a requisição de documentos também deve ser feita por escrito. ”.

Além dessas, podemos citar também, a aplicação excessiva e incorreta de fita adesiva, rabiscos, dobraduras, objetos de metais como os grampos e cliques, que marcam e provocam danos irreversíveis no suporte.

4.4 Conceitos da Conservação

Para minimizar o impacto da deterioração intrínseca ao papel e ainda, dos agentes externos que atuam no meio ambiente, é importante que se tome precauções para o controle das patologias que por ventura venham a acometer esse material. As ações de conservação preventiva permitem a estabilização dos efeitos causados pelo tempo e por esses fatores. Com isso, vamos discorrer sobre seus conceitos na visão de diferentes estudiosos, de maneira ampla sobre a área de estudo, a começar por uma breve diferenciação dos termos usados em conservação e restauro. Assim, Norma Cianflone Cassares e Cláudia Moi (2000) conceitua preservação, conservação e restauro como:

“Preservação: um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais (...).

Restauro: um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)” (CASSARES & MOI, 2000).

Outras definições para Conservação são dadas por diferentes autores, dentre os quais temos a encontrada no dicionário Aurélio, que diz:

“(…) o conjunto de medidas de caráter operacional – intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes – que visam a conter as deteriorações em seu início, e em geral se fazem necessárias com relação às partes das edificações que carecem de renovação periódica, por serem mais vulneráveis aos agentes deletérios. (FERREIRA, 2004)

Temos também a conceituação dada por Yacy- Ara Froner e Luiz Antônio Cruz Souza (2008) focada especificadamente para a conservação de Bens Culturais:

“conjuntos de esforços para prolongar ao máximo a existência dos objetos a partir de intervenções conscientes e controladas no ambiente externo ao objeto, como também de intervenções diretas no objeto.” (FRONER E SOUZA, 2008 p.3)

Ainda, na visão de Marilene Fragas:

“São intervenções diretas, feitas com a finalidade de resguardar o objeto, prevenindo possíveis malefícios. Ex: Higienização, pequenos reparos, acondicionamento, etc.” (COSTA, 2007)

A execução sem o conhecimento apropriado, pode causar grandes prejuízos ao acervo, como declara Maria Cecília de Paula Drumond, a:

“[...] conservação preventiva enfoca as medidas que devem ser tomadas para se aumentar a vida útil do objeto ou retardar seu envelhecimento. Para isto, deve-se, em primeiro lugar, conhecer a estrutura física da peça, ou seja, a matéria e a técnica empregadas na sua confecção, as quais, conjuntamente, irão definir procedimentos básicos de conservação.” (DRUMOND, 2006 p.108).

Como a citação acima demonstra, todo acervo tratado na conservação preventiva, é realizado a partir do conhecimento da sua composição estrutural, e local de guarda e acondicionamento. Diante dessas informações, é possível distinguir quais os fatores nocivos, e assim estabelecer o caminho a ser seguido. Se a peça for mantida em boas condições de guarda pode garantir sobre a mesma, um tempo de vida maior, sem interferências de um restauro.

“Os procedimentos de conservação devem ter prioridade sobre os de restauração, que só deverá ser realizada quando for estritamente necessário. A manutenção das características originais da obra deve ser uma constante preocupação, buscando a intervenção mínima, e, dentro do possível, o restabelecimento de sua integridade física e estética.” (TEIXEIRA E GHIZONI, 2012 p.15).

Deste modo, podemos concluir que a conservação é um conjunto de ações que têm como objetivo evitar o desgaste das obras, causados por sua estrutura física que causa a degradação da matéria, e más condições de guarda, que são agentes externos de grande risco ao acervo. Para o próximo capítulo

5. Contextualização histórica para a origem do livro.

“O Estado sou eu” – Luís XVI

Século XVIII, a França vivia uma época onde o mercantilismo, o misticismo religioso, os privilégios do clero e da nobreza, e o absolutismo do Rei Luís XVI governava com todo poder, a economia, a política e a religião dos seus súditos, marcando assim, um período de extrema injustiça social conhecido como Antigo Regime. Onde a sociedade francesa era estamental, ou seja, regida por um sistema de castas, a qual o povo era condicionado a aceitar sua posição social, imposta por meio de posse das famílias. O rei criava leis sem participação ou consentimento da sociedade. Segundo Eric J. Hobsbawm (1997):

“O final do século XVIII,(...) foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia (...)” (HOBSBAWM, 1997, p.84).

Durante esse período histórico, a sociedade era dividida em três ‘Estados’. Os burgueses, camponeses, artesãos, proletários e aprendizes, junto com os sem terra e os ‘sans-culottes’, eram aqueles que constituíam o Terceiro Estado. Explorados e oprimidos pelo feudalismo e os altos impostos, dos quais arcavam os luxos e gastos do Primeiro e Segundo Estado – constituído pelo rei, bispos e seus nobres. O Terceiro estado não era classe detentora do poder de voz, além de serem obrigados a trabalhar e pagar, caso contrário, os reis usava de força e violência para reprimi-los, prendendo-os na prisão de Bastilha.

O que o Rei e a nobreza não contavam, é que devido à crise que surgia, a classe média e os camponeses se juntassem com alguns pensadores da época, ao movimento batizado por Iluminismo, que tinha entre seus objetivos, a difusão do pensamento filosófico e científico. E estavam cansados do poder abusivo do Estado e da Igreja. Concomitante a esse quadro, acontecia as lutas a favor da Independência Americana, assim acabando por influenciar os países europeus, e desencadeando a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, e a Declaração Humana dos Direitos dos Homens.

Um conjunto de razões ideológica e econômica acabou por estourar a então conhecida Revolução francesa. O absolutismo de Luís XVI ainda se alicerçava na teoria do direito divino dos reis. E Como afirma Rainer Sousa (2010).

“Em meio aos diversos grupos sociais insatisfeitos com a situação do país o clero, a realeza e a nobreza feudal desfrutavam da isenção de tributos e se sustentavam por meio do controle das forças produtivas e do uso indiscriminado do dinheiro público. A vida de luxo e conforto desfrutada por tais grupos criou um forte clima de hostilidade em território francês. Aquela

sociedade constituída pelo privilégio de uma minoria e que tinha seu poder legitimado pela crença religiosa, corria grandes riscos.”. (SOUSA, 2010, p.1)

A França enfrentava uma grave crise econômica que caíra duramente sobre o terceiro estado. Classe essa, que constituía a maior parte da população, como afirma SHENNAN,

“Mais de 80% da população trabalhava na terra e talvez cerca de um quarto de toda a terra da França pertencesse aos camponeses. Uma minúscula minoria era constituída por agricultores em larga escala e havia camponeses que possuíam terra suficiente para alimentar suas famílias. Mas a maioria, com pouca terra ou sem terra alguma, tinha de completar seu rendimento trabalhando para vizinhos mais próximos.” (SHENNAN, 1985, p. 18).

Dentre melhores condições de trabalho e uma qualidade de vida, desejo dos camponeses era uma liberdade econômica em seu trabalho e maior participação política, a grande maioria da sociedade francesa compartilhava de um mesmo desejo, o de mudanças.

A guerra dos sete anos, vencida pela Inglaterra, teve consequências devastadoras, como o aumento da dívida externa. A capital francesa que até então era um país agrário, havia sofrido com uma má colheita por razões de um inverno rigoroso, passando então a cobrar maiores taxas de imposto. Como confirma o autor ERIC J. HOBBSAWM:

“(…) em 1788 (e 1789) um inverno muito difícil tornaram aguda a crise. As más safras faziam sofrer o campesinato, pois significavam que enquanto os grandes produtores podiam vender cereais a preço de fome, a maioria dos homens em suas insuficientes propriedades tinham provavelmente que se alimentar do trigo reservado para o plantio, ou comprar alimentos àqueles preços (….)” (HOBBSAWN, 1997, p. 93).

Em outras circunstâncias, a crise na colheita, seria enfrentada sem maiores agitações, mas em 1788 e 1789, tomou grandes proporções sobre a situação política.

“E lhe apresentaram a tremenda e abaladora ideia de se libertar da pequena nobreza e da opressão. Um povo turbulento se colocava por trás dos deputados do Terceiro Estado.” (HOBBSAWN, 1997, p. 93)

O povo rebelou-se e o rei tentou dissolver os Estados Gerais. Mas o terceiro estado por meio de voto, declararam-se Assembléia Nacional Constituinte. Onde foi criada a Guarda Nacional, e uma milícia burguesa para resistir ao rei e liderar a população, assim, provocando uma contra-revolução, mobilizou a seu favor uma faminta e cansada massa com potencial efetivo. E em 14 de julho, o marco da revolução francesa, a queda de Bastilha, prisão que representava o poder da monarquia.

“Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda do símbolo. A queda de Bastilha, que (...) ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação.” (Hobbsawn, 1999, p. 94).

Illuminismo

Foi através de ideias propagadas por esse movimento, que também ficou conhecido como “Século das Luzes”, que surgiu os princípios universais que os guiaram ao lema da revolução: “Liberdade! Igualdade! e Fraternidade!”. Além de marcar um período de importante desenvolvimento, principalmente para o âmbito da filosofia e da ciência, os iluministas deixaram como legado definições e muitos conceitos dos quais conhecemos hoje. Como o surgimento das bases teóricas como a pedagogia, ética, psicologia, entre outras. E a área desenvolvidas pelo Conde de Buffon e por Carolus Linnaeu,- criador da taxonomia. Essa área da biologia responsabilizada por classificar e nomear as espécies ofereceu um amplo campo de trabalho para os artistas naturalistas, e deu início a um hábito que viria a ser muito comum à época, o registro de novas espécies. Tal acontecimento possivelmente contribuiu para a produção do Description de L'Égypte como registro da Historie Naturelle do Egito, entre outros temas de mesma produção, como o inventário da ‘Antiquites’ (Antiguidades) e ‘Etat Moderne’ (Estado Moderno) por meio de textos, e imagens estudadas e representados detalhadamente por especialistas escolhidos por Napoleão Bonaparte, durante uma das suas campanhas militares. Criando assim, um catálogo de identificação de cada espécie.

5.1 Napoleão Bonaparte e suas Campanhas

Nascido na França, filho de pais de ascendência italiana, Napoleão Bonaparte, treinado na artilharia francesa ficou famoso por suas inquestionáveis habilidades militar, onde alcançou muitas vitórias contra coalizões inimigas, algumas dessas vezes superando ao exército, não só em questão de homens como também em poderio. Napoleão I chegou ao poder como Cônsul em 1799, e anos depois- em 1804 - foi então coroado como Imperador da França. À frente do exército nacional, os invasores napoleônicos começaram com conflitos entre soberanos, e rapidamente passou a caráter de guerras nacionais, perante aqueles países que resistiam ao totalitarismo da Revolução Francesa. Sua primeira campanha aconteceu em 1792, onde Napoleão tinha como missão levar sua tropa a Piemonte, na Itália. Sendo ele o único oficial que conseguiu cumprir o objetivo de invasão com sucesso. Os austríacos percebendo que não tinha como impedir uma outra invasão - dessa vez por Viena - decidem negociar por meio de um tratado de paz, para dá um fim ao período de guerras conhecido como “Primeira Colizão”.

Com a conquista do então Cônsul, o povo o retribui de maneira positiva na volta para casa, tornando-o uma personalidade conhecida que dividia a opinião, enquanto alguns o

admiravam por sua capacidade de liderança frente às batalhas, sendo vistos por esses como herói, outra parte o temia, por ele ter feito acordo sem aprovação do Diretório.

Sua segunda invasão a Itália acontece em 1800, concomitante a Segunda Coligação, que marca a volta de Napoleão após vencer a batalha da Pirâmide, no Egito.

Em dezembro de 1805, em Ulm e Austerlitz, na Áustria, mais uma vez, o então Imperador, reafirma seu talento de estratégia militar, somente com a organização do exército, disciplina e coragem dos intercalados soldados veteranos e novatos, Napoleão a frente das tropas francesas vence os austríacos. No ano seguinte, invade a Prússia e também os derrotam, na batalha de Jena e Auerstedt .

Em 1807, Napoleão vencem os russos, na batalha de Friedlândia. Atacando Portugal no mesmo ano. Em 1808 contra a Espanha.

Mas nem só de vitórias viveu Napoleão, sua campanha contra a Rússia, no período de 24 de junho a 14 de dezembro de 1812. Teve como vencedora a Rússia e seus aliados.

5.2. Campanha em Terras dos Faróis - Egito

*“Soldados, do alto destas pirâmides, quatro mil anos vos contemplam!” –
Napoleão Bonaparte*

Abrangendo o período de 1798 - 1801, com o objetivo de usar este território como plataforma para apoio e para alcançar a Índia, as forças militares francesas, comandadas por Napoleão foi dividida em duas fases. Primeira (1798-1799): a conquista de Malta e vitória na Batalha das Pirâmides do Egito, junto com a expedição fracassada, realizada na Síria e uma derrota no rio Nilo. A segunda fase foi um desastre, porém, considerando o estudo sobre a população egípcia, que gerou a publicação da coleção: “Description De L’Égypte”, ficou reconhecido como um de seus maiores legado a sociedade.

5.3 Obra Description De L’Égypte

O livro que faz parte da coleção do MEASB tem como título completo: “Description de L’Égypte ou Recueil Des Observations et Des Recherches Qui ont ete Faites em Égypte Pensant L’Expédition de L’Armée Française, Obra pictórica, idealizada por Napoleão Bonaparte, e de autoria por um grupo acadêmico da elite francesa escolhidos pelo próprio, faz parte de uma coleção realizada no período de 1798, porem publicada somente entre 1809 a 1822. Esse registro da História Natural do Egito após sua publicação, se tornaria

uma das obras de grande importância histórica sobre o país. Prancha que reúne atualmente um total de 150 imagens impressas sobre a História Natural do Egito, faz parte de uma coleção de 11 volumes.

Esse trabalho de grande repercussão sobre o “Mundo Antigo” reúne imagens de mamíferos, reptéis, ectotérmicos⁸ crustáceos, entre outras espécies Egípcias, e que passaram a ser difundida por todo o mundo. Este livro também pode ser encontrado na biblioteca do Museu do Louvre, na França e é possível ‘folhear’ uma cópia digital⁹. Com todas as imagens representadas estão divididas em duas partes: Histoire Naturelle I e Histoire Naturelle II. Pode ser encontrada imagens coloridas das ilustrações, o que nos levanta a suspeita sobre a possível existência de duas ou mais versões. Nas versões eletrônicas dessas páginas, podemos constatar a falta de muitas imagens, em relação ao exemplar acessível do Memorial, como é o caso de alguns desenhos de animais¹⁰. O exemplar aqui trabalhado, devido às péssimas condições a que foi exposto e à falta de compreensão acerca de sua raridade, foi vítima do roubo e perdeu algumas de suas páginas que continham pranchas ilustrativas, dificultando a contemplação de sua originalidade. Felizmente a cópia digital disponível nos dá um parâmetro para a gravidade da falta.

Essa obra rara pertenceu à “Bibliotheca da Eschola Agricola da Bahia” conforme revela o carimbo de controle de acervo¹¹. Entretanto, não tivemos acesso ao livro de registro de entrada de livros na biblioteca em questão, possivelmente devido à destruição deste, proporcionada pelas péssimas condições a que este fora armazenado. Tal fato refletiu em nosso trabalho de forma a impossibilitar a identificação da data de adição do Description de L’Égypte ao acervo da biblioteca tornando impossível a criação de teorias acerca de sua proveniência. Resta-nos apenas supor que o livro fora adquirido quando da compra de equipamentos e bibliografias específicas às áreas relacionadas com agricultura e veterinária, importadas da Europa, para a então emergente IEAB.

A impressão do livro ocorreu na gráfica pertencente à Imprimerie de C. L. F. Panckoucke, responsável pela impressão de vários livros e periódicos na época. Esta gráfica localizava-se em Paris.

⁸ São animais cuja temperatura do corpo varia de acordo com a temperatura do ambiente onde se encontram.

⁹ Disponível no site: <http://descegy.bibalex.org/index.html>

¹⁰ Ver Anexo L, p. 67.

¹¹ Ver Anexo D, p. 62.

5.3.1 Commission des Sciences et arts

Agregado à campanha militar no Egito, Bonaparte conciliou durante a presença militar francesa em território faraônico, a chamada *Commission des Sciences et Arts*, responsável por conduzir a expedição científica. Criada em 16 de março de 1798, a expedição produziu em pouco tempo, uma gama de textos e registros visuais, sobre a fauna, flora, mapas e cartografias juntamente a uma ampla e diversificada documentação descritiva. Em seu conjunto, a *Description* se constituiu numa iniciativa monumental, pioneira nesse tipo de documentação, sem precedentes em qualquer outra campanha militar.

Num total de 167 estudiosos, entre eles 13 naturalistas, geógrafos e engenheiro de minas, 18 artistas, 10 escritores. Entre outras áreas, como arquitetura, engenharia civil, matemática, astronomia, e interpretes responsáveis por uma descrição minuciosamente do Antigo e Moderno Egito, juntamente com a expedição de poderio militar, às terras dos faraós. Bonaparte comandou o que mais tarde seria nomeado de 'Egiptologia'.

Responsáveis também pela execução do *Antiquités*, onde pode ser encontrado imagens de de vários objetos portáteis e em diversos materiais, de móveis a utensílios e instrumentos, de manuscritos em papiro a roupas, moedas e esculturas. Incluídos ainda imagens de restos animais e humanos mumificados, imagens das ruínas urbanas e de templos do passado egípcio, separados por cidades e suas regiões. Há profusão de desenhos arquitetônicos, motivados pelo interesse arqueológico daquelas paisagens, vistas pela primeira vez por aqueles *savants*. No conjunto, as gravuras revelam o resultado de um intenso e extensivo trabalho de campo, executado no curto tempo em que a expedição permanecera no Egito.

Nomes Importantes

No livro podemos encontrar nomes de importância para o cenário naturalista daquele período. Como Marie Jules César Lelorgne de Savigny, também conhecido como Lelorgue de Savigny. Nascido em 5 de abril de 1777, e falecido em 5 de outubro de 1851, em Galès, *Yvelines*. Foi um dos zoólogos franceses que teve participação durante a campanha, e participou como um dos membros da Commission de Sciences et Arts, formada por Napoleão. O zólogo e também botânico Savigny, era autoridade na área de descrição da taxonomia, especializado em área de invertebrados, buscava também a classificação de insetos e crustáceos¹². Além da obra *Description de L'Égypte*, Savigny teve outros trabalhos

¹² Ver Anexo F, p. 64.

publicados, como: Histoire naturelle et mythologique de l'ibis. Paris, em 1805, mesmo ano de publicação de suas pranchas no Description. E Système des oiseaux de l'Égypte et de la Syrie – em 1811, logo após a expedição. Entre 1816 – 1820, o zóologo publicou 'Mémoires sur les animaux sans vertebres. Ed. d'Éterville & Dufiur: Paris.

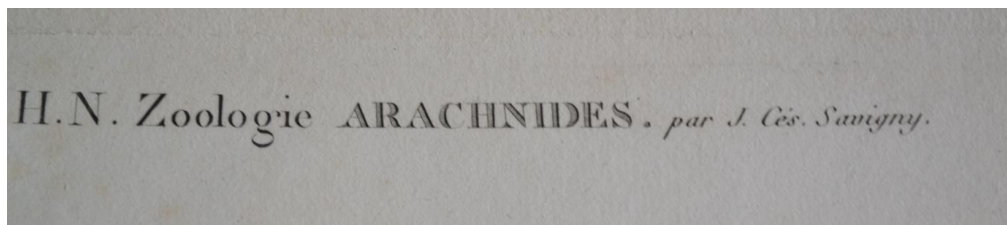


Figura 7. Livro Description de L'Égypte. Foto: Milena Lima, 2014.

Étienne Geoffroy Saint-Hilaire

Outro francês zóologo que participara da expedição, nascido em 15 de abril de 1772 , e falecido em 19 de junho de 1844 em Paris. Também naturalista, era considerado o fundador da teratologia.

Durante a comissão científica ao Egito, Geoffroy Saint-Hilaire coletou grande número de espécimes e fundou o Instituto do Cairo. Após sua volta à Paris, foi eleito membro da Academia de Ciências, que posteriormente recebeu o cargo de presidente. Alguns dos conceitos abordados por esse grande estudioso, serviu de parâmetro para os fundamentos da Embriologia.¹³

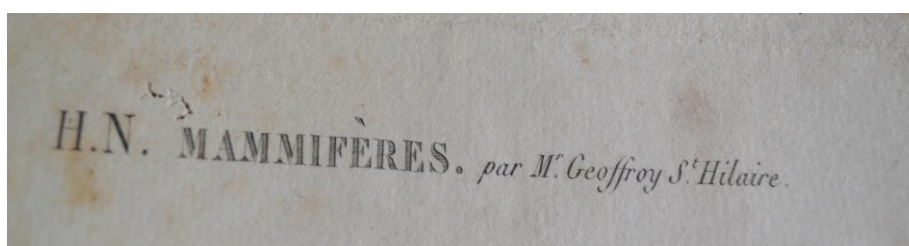


Figura 8. Livro Description de L'Égypte. Foto: Milena Lima, 2014.

¹³ É um ramo da ciência médica preocupado com o estudo da contribuição ambiental ao desenvolvimento pré-natal alterado, ou seja, estuda as causas, mecanismos e padrões do desenvolvimento anormal. Para o estudo desse ramo da ciência é fundamental o conhecimento das etapas do desenvolvimento, pois alguns estágios do desenvolvimento são mais vulneráveis à perturbação do que outros.

6. ANÁLISE DA OBRA

6.1 Materiais e métodos

O livro *Description de L'Égypte* diante das condições que se encontra, necessita de intervenções de higienização, restauro e acondicionamento, ações que visam favorecer o aumento do tempo de vida útil dos materiais que constitui o livro, e assim continuar sendo objeto de estudo para muitos estudantes e profissionais.

Constituição do livro

Description de L'Égypte, obra susceptível de intervenção, para a realização das mesmas pôde ser dividido nas seguintes partes: A capa, considerada “invólucro do livro, sua proteção externa” (SOUZA e LIMA, 2007), inclui o fundo. A lombada, lateral do livro, é onde se encontram unidas as suas folhas. E o miolo, termo utilizado para designar as páginas do conteúdo do livro onde se encontram os elementos textuais ou pictóricos.

Da sua constituição material, o *Description de L'Égypte* possui sessenta e dois centímetros de comprimento, quarenta centímetros de largura e três centímetros de espessura, e dispõe de cento e cinquenta e uma páginas, de acordo com a numeração original. O exemplar não possui contexto descritivo, sendo composto por uma contra capa com informações de impressão, título completo e símbolo do livro, seguido de outra folha somente com o título da obra e pranchas ilustrativas. O livro é constituído por suporte papel, com exceção da sua capa e lombada. Como podemos confirmar nas imagens:



Figura 9. Capa do livro *Description de L'Égypte*.
Foto: Milena Lima, 2014.



Figura 10. Lombada do Livro Description de L'Égypte. Foto: Milena Lima, 2014.

A lombada, completamente descolada do miolo do livro, possui inscrições em números dourados. Tal situação carece de intervenção imediata, uma vez que favorece a perda de ilustrações e da originalidade do livro. Esse processo de restauração da capa só deve ser realizado por profissionais da área, como é o caso do Centro de Pesquisa e Restauração do Livro Raro, que pertence à Faculdade São Bento da Bahia, adjunta ao Mosteiro de São Bento da Bahia, localizada em Salvador, onde será enviado o exemplar do Memorial para reestruturação.

A peça apresenta páginas com manchas de fungos e rasgos causados por agentes externos devido a sua inadequada guarda, antes da chegada ao Memorial Agrícola, como podemos acompanhar pelas figuras a seguir. Nas folhas é possível identificar esses focos de fungos por meio das manchas arredondadas e escurecidas que eles produzem em sua superfície. Essas manchas, encontradas em algumas extremidades das páginas, são irreversíveis e ameaçam a estética da obra, além de causar enfraquecimento das fibras. A presença de lignina no composto celulósico é responsável pela coloração amarelada que o papel possui.

Algumas páginas precisam de uma série de lavagens para retirada de manchas. O livro ainda conta com nomeação feita a lápis, nos mostrando claramente, a intervenção de outra(s) pessoa(s) quanto as classificações de espécies¹⁴.



Figura 11. Manchas encontradas no interior do livro I. Foto: Milena Lima, 2014.



Figura 12. Manchas encontradas no interior do livro II. Foto: Milena Lima, 2014.

¹⁴ Ver Anexo G, p. 65.



Figura 13. Rasgos na obra. Foto: Milena Lima, 2014.

O miolo do livro, conhecido como conteúdo interno, é composto de suporte em papel de alta gramatura e qualidade, fabricado por meio da utilização de fibras vegetais longas. Tal composição das folhas certamente contribuiu para que o livro conservasse suas características originais, mesmo se encontrado em péssimas condições de conservação. Embora haja o desgaste natural do material celulósico, como já foi citado, as páginas do livro apresentam visíveis vestígios da ação de insetos xilófagos, que alimentaram-se da celulose encontrada nos papéis resultando em furos em sucessivas folhas, o que acaba sendo uma ameaça a integridade física da obra.

Felizmente o ataque desses agentes não foi grave para a obra em questão, sendo responsável apenas por pequenos furos em algumas páginas, o que não dificulta a observação das pranchas ilustrativas, por não apresentar nenhum estrago considerável. O *Description de L'Égypte*, por ter sido submetido a diversas fontes de umidade no período em que foi acondicionado incorretamente, adquiriu também condições propícias para o desenvolvimento de fungos.

Foi utilizado também, o uso da tinta ferrogálica que é “basicamente, uma mistura de sulfato de ferro, um extrato rico em taninos de certas vesículas de origem vegetal e goma arábica em um líquido que pode ser água, vinho ou vinagre” (ANDRADE, 2000, p. 121), em substituição à tinta de carbono. Essa tinta, embora muito comum em documentos manuscritos, segundo Gessônia Leite de Andrade (2000, p. 122) favorece a degradação dos papéis, uma vez que acelera a hidrólise ácida e a oxidação da celulose, resultando num suporte quebradiço, escurecido e com a presença de halos em torno da escrita, e por fim, perda do suporte. Existem também danos feitos anteriormente, com o uso de cortes e barbantes, como podemos observar.



Figura 14. Danos no livro. Foto: Milena Lima, 2014.

A apreciação das condições do livro *Description de L'Égypte* e o entendimento do meio museológico em que ele encontra-se inserido, nos motivou a realizar trabalhos na área da Ciência da Conservação. Cientes das prerrogativas, a realização do processo de higienização da obra buscamos uma melhor adequação desse material ao acervo do MEASB, por meio de uma higienização do livro.

6.2 Limpeza e Higienização do Acervo

O propósito deste tópico é contribuir para a compreensão de como foi o processo de Higienização realizado no livro *Description De L'egypte*. Inicialmente, é necessário que comece com a retirada da poeira, lembrando sempre que o contato direto, mesmo que sem intenção, pode ser prejudicial ao acervo, então, deve-se tomar como medida de segurança, intervalos regulares para toda retirada da poeira, além de cuidados com o manuseio, como o folhear, para com a mesma.

Antes de começar a limpeza, é indispensável higienização das mãos e o uso de equipamentos de proteção individual assim evitando riscos como alergias, rinite, dermatose, problemas respiratórios e irritação ocular, essa proteção é feita através do uso de máscara, luvas, jaleco, óculos de proteção, touca e botas. Além desses equipamentos, os materiais de limpeza que também são de fundamental importância para segurança do acervo, nesse caso, o uso de trinchas macias, borrachas TK, ralador de inox, mesa para higienização e espátula de osso, foram o suficiente para a limpeza do livro. Depois de concluída a limpeza do livro, recomenda-se que coloque o livro em pé, sob a mesa da higienização, limpa com álcool 50% e forrada com papel mata borrão, abra-o ao meio e com leves batidas na lombada do livro com o cabo de pincel, a fim de identificar por meio dos resíduos e outras sujidades, algum tipo de infestação.

Para a realização da restauração da capa do livro, era necessário deslocá-lo ao Mosteiro de São Bento, onde seria realizado o processo necessário.



Figura 15: Higienização do livro I. Foto: Thaís Vaz



Figura 16: Higienização do livro II. Foto: Thaís Vaz.

7. Considerações Finais

Em razão de estar ainda em estruturação institucional, tanto do prédio quanto à abertura de seleção de vagas para uma equipe maior, o MEASB, ainda não dispõe da infra estrutura necessária para salvaguarda desse acervo tão importante historicamente, como o objeto de estudo, o *Description de L'Égypte*. Organizando ainda a documentação de todo o acervo, o Memorial conta com o sistema de Ficha de Registro Manual para um levantamento e assim, controle melhor do mesmo – com informações básicas do acervo em papel, como dimensão, altura, largura, título, autor, ano em que foi publicada.

O processo de higienização mecânica do livro se faz necessário periodicamente, sendo de grande importância não somente para a obra, como para as pessoas que trabalham diretamente com elas. Além de intervenções quanto a restauração de sua capa, que se encontra rasgada, sob o que viria a ser o símbolo presente na marca d'água do papel. Uma nova confecção ou mesmo o restauro, pode ser realizado no Mosteiro de São Bento da Bahia, em Salvador. Ficando aos encargos da Proext e UFRB, para os custos e deslocamento da obra. Alguns reparos em páginas de grandes rasgos, com papel japonês, e cola de metilcelulose, também devem ser ações realizadas em trabalhos posteriores, uma vez que, o Memorial não tinha material necessário para a realização dos mesmos. Por fim, a confecção de uma caixa para o acondicionamento da peça, também ficou impedido por razões financeiras da instituição.

Torna-se difícil a tarefa de estabelecer intervenções favoráveis ao acervo, considerando que a instituição não dispõe de um ambiente exclusivo para a reserva técnica e um monitoramento de temperatura e umidade relativa com a utilização de aparelhos como ar – condicionados, estes são ligados e desligados sem nenhum cuidado com a ação degradante que as variações nos índices desses medidores causam ao acervo, em todo o edifício que abriga a coleção do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, não há distribuição de umidificadores ou extintores de incêndio.

Sendo ainda de grande importância a estabilidade climática dentro das salas que acondicionam e expõem as obras, esses índices devem ser mantidos entre 20° a 22° C e 50% e 60% de umidade relativa, contribuindo para a estabilização do acervo. Faz necessário a abertura de vagas de estágio para estudantes de museologia que atuação nas áreas de documentação e conservação.

O Memorial, cujo acervo que teve sua gênese em São Francisco do Conde, agora não munido de todas as peças, também sofre quanto a conservação e preservação do seu patrimônio tangível. A Escola Agrícola, localizada próximo ao rio Paraguaçu, pode ser

observada detalhadamente por nós, alunas de museologia, e afirmamos a confirmação do total desrespeito quanto a sua importância histórica e estabilidade estrutural. O ideal seria a realização de um pedido para preservação e restauro dos vestígios que sobreviveram ao tempo, e as ações do homem. Assim, a relevância desse recorte de uma conservação e preservação da história agrícola do Brasil, passa a ser de suma importância para a comunidade acadêmica da UFRB, visando que o MEASB é uma instituição cuja meta é a guarda e perpetuação da memória agrícola do Brasil, se afirmando com isso como uma instituição de interesses relevantes para a região, e a tornando-a centro de pesquisa e referências em pesquisas nas ciências agrônômicas.

8- Referências Bibliográficas

ALONSO FERNANDEZ, Luis. Museologia y museografia. 3. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2006 383 p.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. A escola agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930). 206 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UEFS, 2006.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). 374 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ASUNCIÓN, Josep. O Papel Técnicas e Métodos Tradicionais de Fabrico. Lisboa, 2002.

BACELAR, Jorge. Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da impressão. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. 1999.

BARCELLOS, Jorge. O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: Conceitos e práticas de um conteúdo. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf Acesso em 29 de janeiro de 2010.

BARICKMAN, Bert Jude. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 445 p.

Brocas. Disponível em: <<http://www.mamdobrasil.com.br/brocas.php>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014

Campanhas de Napoleão. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2011/08/dois-momentos-de-napoleao-as-campanhas.html>> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

CAMPOS, Arnaldo – Breve História do livro – Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto 240 p. – (Série Revisão)

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas, 80 p. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial, 2000.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de Castro. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

Comissão das Ciências e das Artes. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o das Ci%C3%A4ncias e das Artes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_das_Ci%C3%A4ncias_e_das_Artes)> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

CORADI, Joana Paula; STEINDEL, Gisela Eggert. . Técnicas básicas de conservação e preservação de acervos bibliográficos. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.13, n.2, 2007.

Cyclopaedia - Jules Cesar Savigny. Disponível em: <<http://pt.cyclopaedia.net/wiki/Jules-cesar-savigny>> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

Desencantamento do Mundo. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/napoleao/decide.aspfile:///C:/Users/Home/Downloads/O%20Pensamento%20Iluminista%20e%20o%20Desencantamento%20do%20Mundo.pdf>> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e Conservação em Museus; In: CADERNOS de diretrizes museológicas. I. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/ Departamento de Museus, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0 - Edição eletrônica autorizada à POSITIVO INFORMÁTICA LTDA,

L'Expédition d'Egypte. Disponível em: <<http://www.annales.org/archives/x/ABC.html>> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

Louis de Laus de Boisy, "The Institute of Egypt," Napoleon: Symbol for an Age, A Brief History with Documents, ed. Rafe Blaufarb (New York: Bedford/St. Martin's, 2008), paginas 45-48.

MANUAL DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE DOCUMENTOS. São Paulo: EDUSP, 2005. 80p. Thomé, L.; Remédio, M. A.; Cassares, N. C. - Treinamento: conservação preventiva e higienização de documentos. São Paulo, 2002.

MÁRSICO, Maria Aparecida de Vries. Noções Básicas de Conservação e Restauração de Livros e Documentos. 2007.

MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILÁQUIA e BAPTISTA Fátima e Antonio Carlos Nunes. Conservação: conceitos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

Paper on line: História do papel. Disponível em:>
<http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&langpair=en|pt&u=http://www.paperonline.org/history-of-paper>. Acesso em 09 set. 2010.

RODRIGUES, Maria Solange P. Preservação e conservação de acervos bibliográficos (minicurso). In: IX Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI. Curitiba, 2007. 158 p.

SANTOS, Arianne Oliveira. A lacuna documental no Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia. 75 f. Monografia (Graduação em Museologia) – Curso de Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2010.

Souza, Luiz Antônio Cruz. Conservação preventiva: controle ambiental. In: Tópicos em conservação preventiva nº 5. Belo Horizonte: UFMG, 2008

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. “A Salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages” em Revista da FAGEDUFBA. nº 4, Salvador.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: uma experiência e um exemplo histórico. Salvador: Correio da Bahia, 28/7/1980. UFBA, 2000: 27-37.

USP. Conservação Preventiva de Documentos em Arquivos: uma abordagem inicial. (Cartilha) In: 1º GEPEA, Gestão de protocolo, expediente e arquivo da USP. Pirassununga, São Paulo, julho 2008. 30 p.

VILAS-BÔAS, Adjane Conceição. A conservação do acervo e revitalização da biblioteca municipal Ernesto Simões Filho. 68 f. Monografia (Graduação em Museologia) – Curso de Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2010.

Wikipedia – Campanha do Egito. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_do_Egito> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

Wikipedia - Lelorgne de Savigny. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Marie_Jules_C%C3%A9sar_Lelorgne_de_Savigny>

Wikipedia – Teratologia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Teratologia>> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

Anexos

COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1859.

TOMO XX. PARTE I.

DECRETO N.º 2.506 A — de 18 de Novembro de 1859.

Approva os Estatutos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

Hei por bem approvar os Estatutos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, assignados pela Directoria e Conselho Fiscal do mesmo Instituto.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio da Bahia em dezoito de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João de Almeida Pereira Filho:

Anexo B – Portaria Nº 237/2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 237/2006

O MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de preservar a memória da ciência e tecnologia no Brasil a partir do patrimônio que constitui o acervo bibliográfico, histórico, artístico e tecnológico da Escola Agrícola da Bahia, primeira instituição de ensino superior agrícola da América Latina,

RESOLVE:

Instituir o Grupo de Trabalho, Extensão e Pesquisa do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, bem como designar os servidores abaixo relacionados para compor o referido Grupo.

I - Ana Cristina Aude ~~art~~ Ramos de Oliveira (Museóloga) – titular, que o coordenará.

II - Rita Maria de Cássia Dória - (Museóloga) – suplente

III - Henry Luydy Abraham Fernandes (Museólogo)

IV - Cristina Ferreira Santos de Souza (Museóloga)

V - Luís Antônio Silva Araújo (Historiador)

VI - Cláudia Bloisi Vassilampai (Engenheira Agrônoma)

VII - Maria das Graças Andrade Dias (Arquiteta)

VIII - Luiz Fernando Araiva (Historiador)

IX - João da Silva Gonçalves (Gestor do Núcleo de Eventos da PROEXT)

Este Grupo de Trabalho, Extensão e Pesquisa terá as seguintes competências:

I - Elaborar proposta de Termo de referência do Memorial, especificando sua missão, objetivos e política de aquisição e funcionamento;

II - Elaborar proposta de Regimento da instituição museológica;

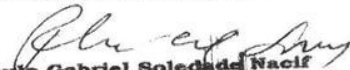
III - Elaborar projeto para implantação do Memorial.

A conclusão dos trabalhos deverá ser apresentada num prazo de 60 dias, contados a partir da data de publicação dessa portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cruz das Almas, 15 de dezembro de 2006.


Paulo Gabriel Soledade Nacif
Reitor

Anexo C – Termo de criação do MEASB.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
GABINETE DO REITOR

Portaria n _____ de _____ de _____.

Dispõe sobre a criação do Memorial do Ensino Agrícola da Bahia

O MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando a proposta do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia instituído pela Portaria nº 237/2006,

RESOLVE:

Art. I – Criar o Memorial do Ensino Agrícola da Bahia – MEAB, com finalidades e missão previstas nesta Portaria.

Parágrafo único – O Memorial do Ensino Agrícola da Bahia pertencente à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado no Campus de Cruz de Almas em duas antigas residências funcionais é uma instituição sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público.

Art. II – São finalidades do Memorial do Ensino Agrícola da Bahia:

I – Reunir, identificar, tomar, preservar e expor objetos, documentos e livros que irão compor o acervo do Memorial;

II – Fomentar e desenvolver pesquisa nas áreas afins ao acervo e nas áreas de conhecimento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

III – Empreender e estimular atividades de extensão cultural e educativa direcionadas ao Público Geral.

Art. III – É missão do Memorial do Ensino Agrícola da Bahia atuar na preservação da memória e da história da ciência e tecnologia na Bahia e no Brasil, em concordância com a vocação potencial do acervo.

Art. IV – O MEAB será regulamentado pelo seu Regimento Interno e pelo Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____, _____ de _____.

Paulo Gabriel Soledade Nacif

Reitor

Fonte: SANTOS, Arianne Oliveira.

Anexo D – Carimbo da Biblioteca da Escola Agrícola da Bahia

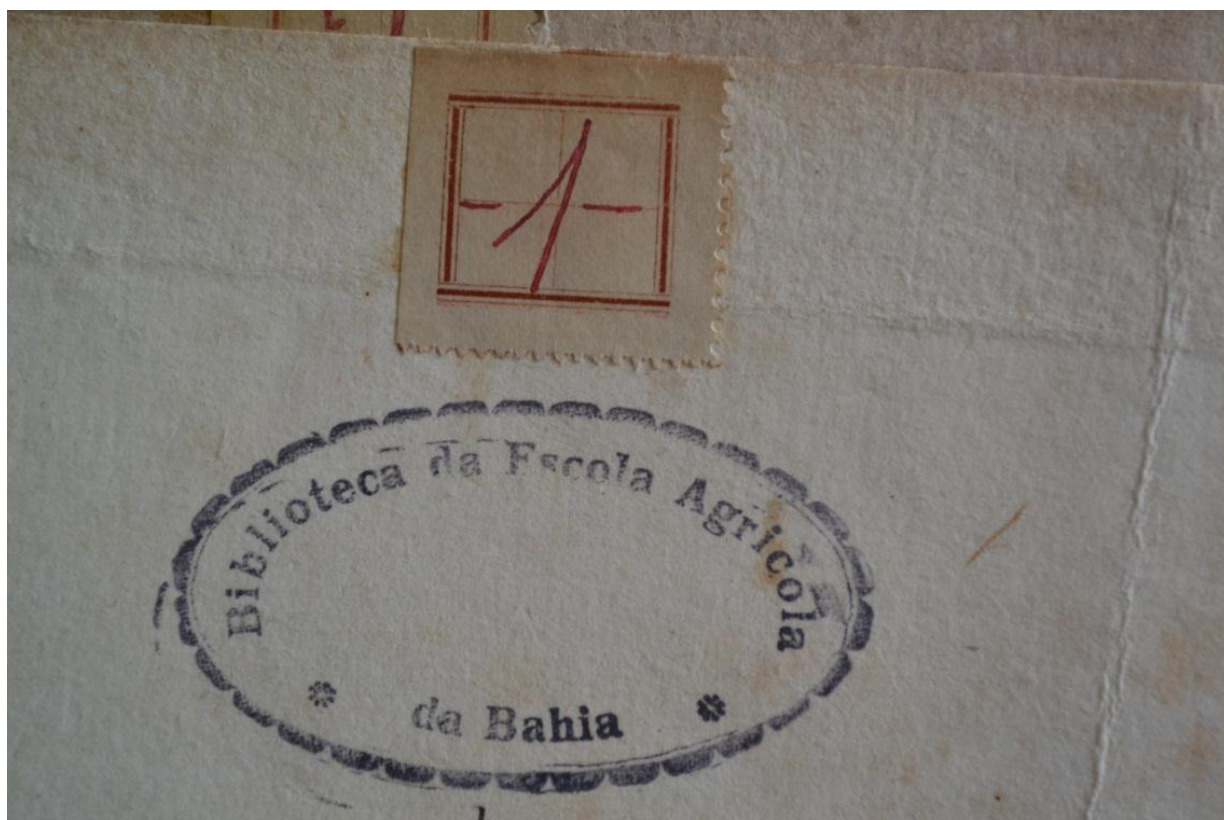


Foto: Milena Lima, 2014.

Anexo E – Marca d'água com o símbolo da versão Histoire Naturelle.



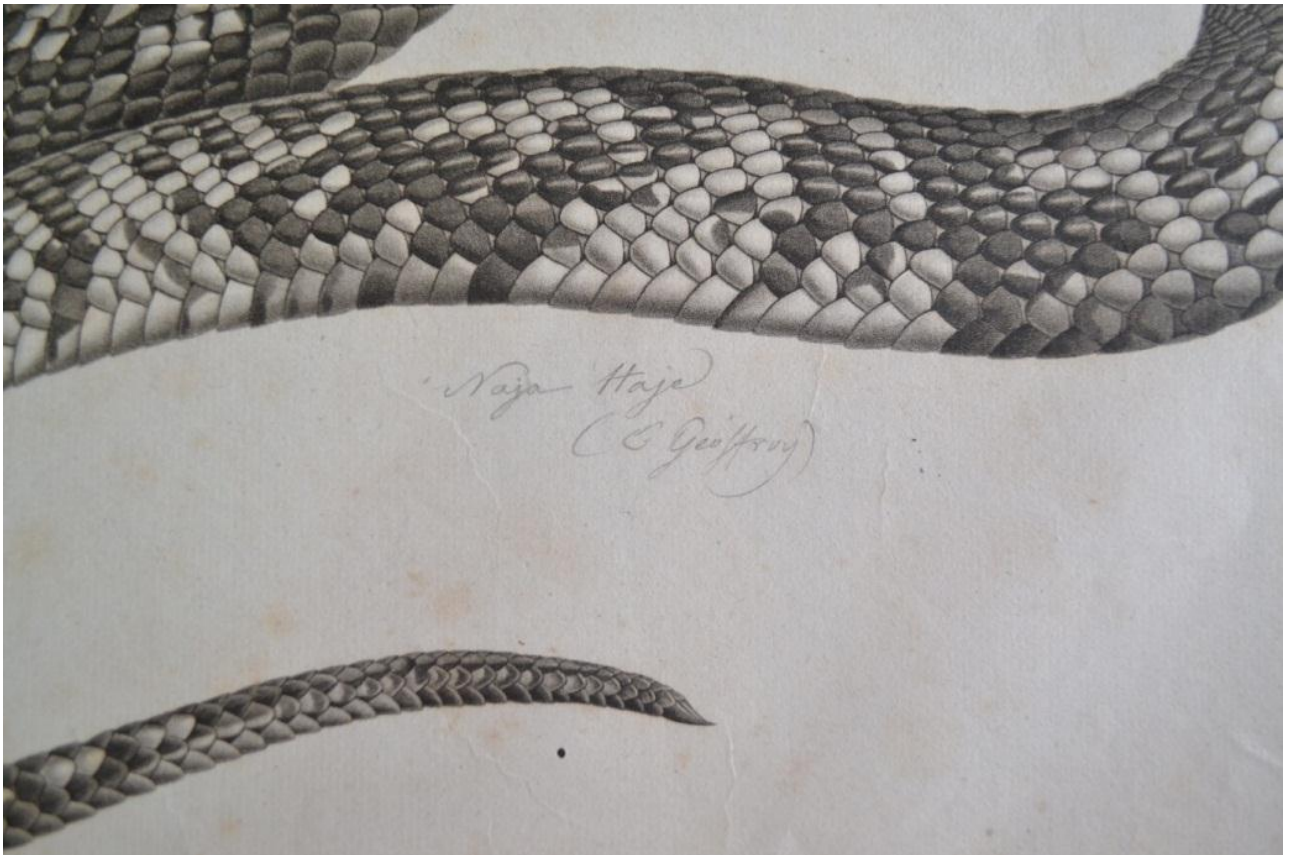
Fonte: Milena Lima, 2014.

Anexo F – Prancha de crustáceos de autoria de Savigny.



Foto: Milena Lima, 2014.

Anexo G – Inscrição da identificação posterior de espécie



. Foto: Milena Lima, 2014.

Anexo H – Comparação de pranchas de exemplares distintos

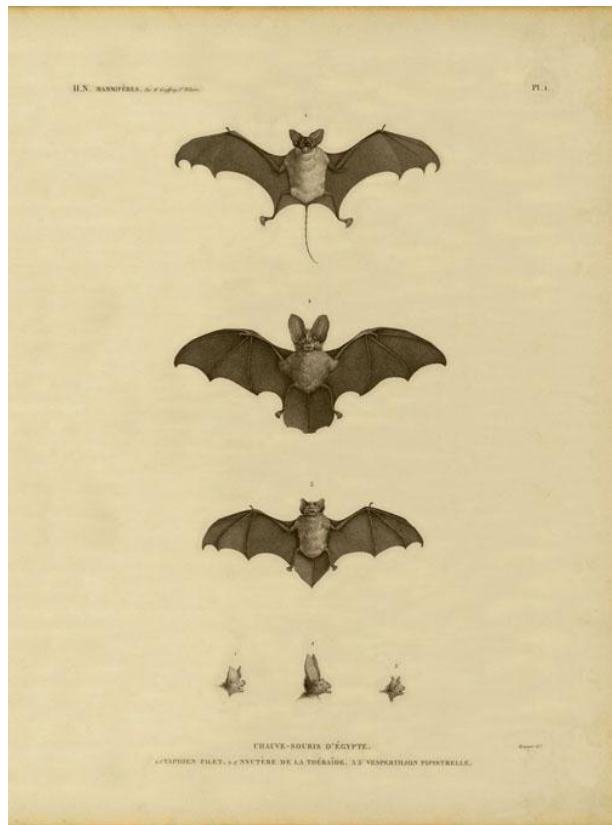


Foto: Milena Lima, 2014 e Fonte: <http://descegy.bibalex.org/>.

Anexo I : Imagem da prancha disponível em internet e inexistente no exemplar do MEASB..



Fonte: <http://descegy.bibalex.org/>